

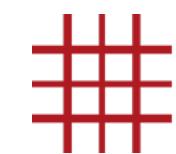
CURSO INTENSIVO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIA E CIDADANIA





CADERNO DE EXPERIÊNCIAS MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

CURSO INTENSIVO DE **EDUCAÇÃO**
EM DIREITOS HUMANOS:
MEMÓRIA E CIDADANIA
2021



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO



Olá, Educador,

A série **Caderno de Experiências**, se configura como um conjunto de materiais de apoio às práticas de Educação em Direitos Humanos organizados a partir das vivências e conhecimentos adquiridos pelo Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo, no âmbito da educação em museus. Com essa série, cujo tema são as ações educativas que podem ser aplicadas e/ou adaptadas a outros espaços de educação formal e não formal, o Memorial desenvolve mais uma importante iniciativa voltada a potencializar a construção do diálogo em nossa sociedade.

O título desta edição, *Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos: Memória e Cidadania*, reflete o desejo de que proposições amplas e aprofundadas em relação a Educação em Direitos Humanos possam auxiliar as práticas de educadores que atuam em diversos espaços de educação e no desenvolvimento de variados projetos. Assim, o material corrobora o compromisso institucional do Memorial da Resistência: divulgar a importância da prática dos direitos humanos a partir da reflexão sobre a história contemporânea brasileira, a valorização das liberdades democráticas e o estímulo ao exercício da cidadania.

O curso, oferecido desde 2012, se organiza em três eixos orientadores que compõem a formação docente em Direitos Humanos: o saber curricular, composto pelo arcabouço teórico que comprehende conteúdos formais e específicos sobre o tema (conceituais, históricos, filosóficos e normativos); o saber pedagógico, composto por metodologias educativas; e o saber experiential, que enfatiza a vivência cotidiana

e a experiência profissional aliada à vida pessoal. É a partir deste último eixo que elaboramos o material de apoio ao professor/educador.

No decorrer de suas várias edições, os grupos de trabalho (GT) e as oficinas de projetos desenvolvidas pelos participantes sempre apresentaram reflexões potentes que poderiam ser ampliadas para além do processo de ensino e aprendizagem propiciado pelo curso. Assim, diante dos novos desafios postos pela pandemia do Covid-19, que nos fez repensar nossas práticas e aprender outras formas de dialogar mediadas pelo uso das tecnologias, cogita-se a sistematização dessas atividades, regadas sempre por trocas de afeto decorrentes de ações em direitos humanos. Foram, portanto, os próprios alunos do curso, com base em suas experiências de trabalho, em seus interesses temáticos e no compartilhamento de conhecimentos, que propuseram as atividades deste caderno de experiências.

A equipe responsável pelo curso se desdobrou para que a sua expertise em Educação em Direitos Humanos pudesse estabelecer metodologias e suscitar discussões que, no pequeno período de tempo de um curso virtual, pudessem se materializar nas propostas apresentadas neste volume. Esse processo é descrito pelos educadores e mediadores em cada um dos textos que contextualizam e abrem as proposições de cada subgrupo do GTs: Cidadania, Educação, Território e Comunicação.

Os projetos trazem temas e recortes estreitamente relacionados com os problemas da sociedade brasileira,



especialmente no que tange às violações dos direitos humanos na contemporaneidade, e traçam possibilidades de conscientização e enfrentamento dos obstáculos encontrados no exercício da cidadania pelo voto, no universo do trabalho, no combate às fake news e ao racismo, nas questões relacionadas ao respeito aos indígenas e a suas demandas, nas esferas do meio ambiente, da insegurança e da soberania alimentar, no acesso à informação e à participação social, na comunicação não violenta e na formação docente em relação à diversidade, entre outras áreas temáticas.

Além de se configurar como um roteiro para a aplicação das atividades, com informações sobre os recursos e o tempo necessários, o público-alvo, o objetivo, a linguagem, o desenvolvimento do projeto, a contextualização do tema e as referências bibliográficas, o material pode também ser adaptado às necessidades do professor/educador e do seu grupo nos mais diversos contextos de trabalho e nos mais variados projetos de educação e cultura.

As ilustrações do **Caderno de Experiências**, de autoria de João Galera, estabelecem uma conexão tão estreita com as propostas que também é possível utilizá-las como material motivador das reflexões ou como elemento lúdico capaz de resumir as questões tratadas no desenvolvimento de cada atividade.

Assim, nas próximas páginas você encontrará um material elaborado coletivamente, que incorpora a vivência e as ideias do grupo que o compõe: mediadores, educadores, docentes e discentes

do curso, que trabalham nas mais diversas áreas e projetos, sendo todo esse conjunto fundamentado pela avaliação das ações desenvolvidas com Educação em Direitos Humanos e sua interface com a educação museal. Ao fazer uso dele, você também passa a integrar esse grupo que almeja o bem comum.

Ana Pato | Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

Aureli Alves de Alcantara | Coordenadora do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo

SUMÁRIO

01 GT CIDADANIA

SUBGRUPO PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Atividade:
**CIDADANIA PARA
ALÉM DO VOTO**

8 SUBGRUPO TRABALHO 18

Atividade:
**O TRABALHO COMO
PILAR DA VIDA MATERIAL
HUMANA E PALCO DA
LUTA POR DIREITOS
E CIDADANIA**

14 SUBGRUPO SAÚDE 26

Atividade:
**A VACINA E O COMBATE
ÀS "FAKE NEWS"**

02 GT EDUCAÇÃO

SUBGRUPO ACESSO E PERMANÊNCIA 38

Atividade:
**ACESSO E PERMANÊNCIA
DA POPULAÇÃO INDÍGENA
NO ENSINO SUPERIOR**

SUBGRUPO IGUALDADE RACIAL 46

Atividade:
**RACISMO É COISA DE
BRANCO/BRANCA?**

SUBGRUPO EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 56

Atividade:
**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO
DOCENTE SOBRE A DIVERSIDADE
NA SALA DE AULA**

SUMÁRIO

03 GT TERRITÓRIO

**SUBGRUPO
MORADIA/TERRITÓRIO**

Atividade:
MORADIA/TERRITÓRIO

62 **SUBGRUPO
MEIO AMBIENTE** 70

Atividade:
MEIO AMBIENTE

66 **SUBGRUPO
INSEGURANÇA
ALIMENTAR E
SOBERANIA ALIMENTAR** 76

Atividade:
**INSEGURANÇA ALIMENTAR
E SOBERANIA ALIMENTAR:
A CENTRALIDADE DA
MULHER NEGRA**

04 GT COMUNICAÇÃO

**SUBGRUPO
*FAKE NEWS*** 88

Atividade:
**A IDENTIFICAÇÃO
E O COMBATE DAS
*FAKE NEWS***

82 **SUBGRUPO
ACESSO À
INFORMAÇÃO** 94

Atividade:
**ACESSO À INFORMAÇÃO
E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

102 **SUBGRUPO
LIBERDADE
DE EXPRESSÃO**

Atividade:
**EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS E SUAS
POSSIBILIDADES A PARTIR DO
CONCEITO DA COMUNICAÇÃO
NÃO VIOLENTA (CNV)**

GT CIDADANIA



GT CIDADANIA

CONTEXTUALIZAÇÃO

O que é Cidadania? O que é Participação Cidadã? E o que a Educação tem a ver com tudo isso?

Questões como essas são importantes para a compreensão do abrangente tema Educação em Direitos Humanos. Afinal de contas, no desenvolver das ações educativas, tanto aquela pessoa que educa como aquela que é educada (posições essas difíceis de se estabelecerem de forma tão rígida) questionam os respectivos limites de sua participação social.

Ao longo do processo de organização da edição de 2021 do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania, toda a equipe de coordenação, mediação e apoio se pôs a pensar sobre temas e formas de trabalho pertinentes ao contexto de vida atual em todo o Brasil.

Isso porque a modalidade virtual – à distância – possibilita que pessoas de todas as cinco regiões brasileiras, tão particulares, participem e colaborem com as discussões.

O Grupo de Trabalho Cidadania (GT Cidadania) foi então pensado como espaço de viabilização de discussões concernentes tanto às reflexões acerca da atuação de profissionais da educação nos mais variados espaços de trabalho quanto da participação do público atendido em ações educativas, vislumbrando também toda a diversidade brasileira envolvida no processo.

OBJETIVOS GERAIS DO GT

A partir daí, foram discutidos subtemas a serem tratados pelo GT que, ao mesmo tempo em que fossem abrangentes, atraíssem o interesse de quem se inscreveu como discente desta edição do Curso.

Participação Social, Trabalho e Saúde foram os subtemas elencados a partir dessas concepções.

O objetivo geral do GT Cidadania era o de criar um espaço para nos fazer pensar, refletir e perspectivar ações educativas que começassem a responder àquelas três perguntas iniciais: O que é Cidadania? O que é Participação Cidadã? E o que a Educação tem a ver com tudo isso?

Interessante é observar que tais subtemas também são abrangentes o suficiente para que o diálogo entre os discentes e a equipe de trabalho pudesse contribuir com as reflexões sem criar camisas de força ou restringir a formatação dos trabalhos a serem enviados.

Ao longo das atividades, pode-se identificar que a abrangência dos subtemas proporcionou a participação de um quadro bastante heterogêneo, tanto de pessoas em diferentes contextos e espaços quanto de reflexões, onde diversas perspectivas sobre um determinado assunto foram se sobrepondo, ora complementando-se, ora contrapondo-se, constituindo ao final um mosaico de reflexões.

RESULTADOS

Os trabalhos apresentados conseguiram, com maestria, ao mesmo tempo definir pontos bastante específicos para produzir uma atividade pedagógica e, por outro lado, condensar tantas e tantas questões abordadas ao longo dos encontros, que contaram com a contribuição entusiasmada de toda a turma.

O resultado dessa dinâmica pode ser apreendido nas propostas pedagógicas que serão apresentadas logo adiante.

GT CIDADANIA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL CIDADANIA PARA ALÉM DO VOTO

O subgrupo responsável pelo desenvolvimento da proposta pedagógica referente à Participação Social teve como mote principal a resolução de uma problemática: como pensar e executar a cidadania para além do voto?

O que esteve em pauta foi o entendimento de que nossa participação social é reduzida ao ato de votar em (ou seja, escolher) representantes da sociedade civil junto ao Estado. Como efeito, quando o interesse ou mesmo a necessidade de outras formas de participação cidadã aparecem, a dificuldade de encontrar caminhos para efetivação das mais variadas demandas se anuncia, atrasando ou anulando a resolução de problemas coletivos ou individuais.

As atividades propostas, tendo como público-alvo jovens que vivem nas periferias do Brasil, visam conscientizar e incentivar a busca por outras vias que, para além do voto, possibilitem a ação cidadã num Estado Democrático de Direito.

TRABALHO O TRABALHO COMO PILAR DA VIDA MATERIAL HUMANA E PALCO DA LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

No que diz respeito ao subgrupo Trabalho, o tema específico foi tratado em uma dupla perspectiva, dialogando com as análises e questionamentos levantados em nossos encontros e já tangenciados pelo subgrupo Participação Social.

O entendimento do que é Trabalho aparece concomitantemente como categoria social (segundo as fundamentações do marxismo clássico) e como base para uma ação cidadã. Desse modo, quem trabalha se identifica como alguém que pertence a determinada classe social e entende a necessidade de agir politicamente para manter e garantir antigos e novos direitos constituídos junto ao Estado.

As atividades pedagógicas desse subgrupo partem da perspectiva de que o público jovem (necessariamente, aqui, uma fração da classe trabalhadora que, pela regulamentação do Estado, teria de se dedicar exclusivamente aos estudos) deve tomar consciência de suas condições de vida e informar-se sobre a materialidade dos processos históricos de luta que deram efetiva garantia constitucional aos direitos sociais (trabalhistas, sobretudo) para que, então, possa se mobilizar autonomamente quando entender que seja necessário exercer alguma ação junto à sociedade.

SUBGRUPOS

SAÚDE VACINA E O COMBATE À FAKE NEWS

As propostas pedagógicas desenvolvidas pelo subgrupo Saúde refletiram algumas questões referentes à contemporaneidade mais imediata. Não poderia ser diferente. Incontornáveis foram as discussões sobre os mais variados aspectos da pandemia da Covid-19, em especial no que se refere ao direito à saúde na realidade social brasileira.

Nossas conversas, além de proporcionarem espaço para denúncias de violações de Direitos Humanos, que se acentuaram desde o início da pandemia, serviram de base para reflexões acerca do papel da Educação e de profissionais da área nessa conjuntura.

O subgrupo absorveu observações a respeito do impacto das *fake news* relacionadas, principalmente, às medidas de combate ao Coronavírus no Brasil, e propôs medidas de ação educativa que estimulam a busca pela informação correta, verdadeira, embasada na produção científica compartilhada mundialmente.

Tudo foi dinamizado de maneira empolgante e envolvente. A gamificação, direcionada para diversas faixas etárias, foi a metodologia escolhida como chave para abrir as portas do interesse científico e também as dos cuidados necessários.

Longe de se apresentar como uma cartilha de respostas absolutas às perguntas aventadas desde o início (O que é Cidadania? O que é Participação Cidadã? E o que a Educação tem a ver com tudo isso?), o conjunto do trabalho aqui apresentado pode ser visto como o resultado de um esforço coletivo de profissionais da Educação que se organizaram na tentativa de contribuir para a efetivação, por todo o Brasil, de ações educativas que pretendam enveredar pela seara da Educação em Direitos Humanos.

Tal tarefa nunca foi fácil, e encontra certas especificidades nos dias atuais.

Os subgrupos demonstram a importância de seguir com o trabalho coletivo.

"Amanhã vai ser outro dia".

**Renan Ribeiro Beltrame e
Marcus Vinicius Freitas Alves**
Mediadores do Curso Intensivo de
Educação em Direitos Humanos

GT CIDADANIA



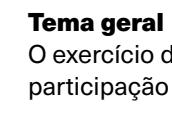
PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL CIDADANIA PARA ALÉM DO VOTO

Participantes do grupo

Adriany Eizo Marques Lino, Ester Almeida, Glenda Gathe e Luana Hanae Gabriel Homma

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

O exercício da cidadania pelo viés da participação social.

Público Alvo (idade e local)

Jovens entre 15 e 18 anos, habitantes de regiões periféricas urbanas.

Recursos necessários

Internet, Celular, Computador.

Linguagem

Plataforma digital, em virtude da atratividade que a internet possui entre os jovens (Instagram, TikTok).

Duração

Cada etapa de elaboração do material levaria uma semana, totalizando quatro encontros semanais, seguidos pela alimentação das plataformas durante mais um mês.

No cenário brasileiro dos últimos anos, tornou-se perceptível que diferentes camadas da sociedade têm se mostrado insatisfeitas com os rumos da política ou os dilemas sociais que têm afetado a realidade nacional. Cada grupo tem insatisfações distintas e expectativas diferentes em torno do rumo do país, mas um elemento constante nos protestos dos últimos anos é a ideia de que apenas o voto ou ações de grandes figuras políticas poderiam gerar algum impacto coletivo.

Nesse contexto, apesar do desejo de mudanças, há pouca mobilização em torno de outras formas de intervenção social que não se manifestem exclusivamente pelo processo eleitoral ou por pedidos de impeachment. Assim, a própria noção do que é ser cidadão é vista como estritamente ligada ao voto, consolidando uma concepção de participação social muito restrita.

Diante disso, este projeto se embasa na necessidade de discutir a participação cidadã para além das eleições. Por meio dele, propomos a estruturação de uma plataforma de divulgação de informações sobre diferentes maneiras de intervir na realidade social democraticamente e, assim, buscamos instruir as pessoas sobre diferentes formas de participar na política e intervir na sociedade, fomentando, assim, a aproximação entre os sujeitos e os espaços nos quais se pode exercer ativamente a cidadania. Pretende-se, dessa maneira, que a participação social seja discutida e ampliada como uma das ferramentas essenciais para o entendimento de que todas as pessoas são sujeitos de direito.

OBJETIVO GERAL

Incentivar e promover a participação social da comunidade local nas mais variadas esferas: grêmios e movimentos estudantis, conselhos municipais, associações, coletivos e/ ou entidades.

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Estimular o exercício da cidadania através da aproximação e atuação efetiva dos sujeitos com as ferramentas de participação social disponíveis;
- Ampliar a compreensão da cidadania para além das eleições;
- Identificar/formar lideranças locais;
- Levantar/identificar diferentes canais/espacos de participação social;
- Elaborar plataforma de divulgação das informações;
- Elaborar mapeamento de espaços de participação social na localidade.

RESULTADOS ESPERADOS

- Construção de Instagram informativo;
- Ampliação do exercício da cidadania como prática social cotidiana;
- Engajamento político dos jovens em suas comunidades locais;
- Realização de mapeamento de lugares de participação social na localidade dos jovens do projeto;

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL CIDADANIA PARA ALÉM DO VOTO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. Levantamento e definição de conceitos e conteúdos sobre participação social por vias democráticas e comprometidos com os direitos humanos, a serem postados no Instagram e TikTok;
 - O que são direitos humanos?
 - O que é democracia?
 - O que é cidadania?
 - O que é participação social?
 - O que é um grêmio estudantil?
 - O que é um coletivo?
 - O que é uma associação de bairro?
 - O que é um sindicato?
 - O que é um partido político?
2. Criação e postagem do material em linguagem simples, explicando os conceitos e conteúdos levantados;
 - Exemplo da estética do Instagram "ArvoreAgua".
3. Levantamento de espaços de participação social na localidade, seguido do mapeamento dos mesmos;
4. Realização de Challenge no Instagram e TikTok.
 - Propor um desafio no qual os jovens que acessam a página também realizem um mapeamento onde moram, identificando espaços de participação social em seu entorno que já existam.
 - Caso sintam falta de alguma entidade dedicada a um tema que achem importante, podem registrar a necessidade de criar uma instituição voltada para isso e quais das entidades existentes poderiam ser parceiras no processo de elaboração de projeto.
5. Seleção de algumas respostas para repostar na página.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JELIN, E. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. In: CEDEC. Lua Nova, n. 32, 1994.

WEBER, S. **Democratização, educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1991.

WEFFORT, F. e BENEVIDES, M. V. **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

GT CIDADANIA



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

TRABALHO

O TRABALHO COMO PILAR DA VIDA MATERIAL HUMANA E PALCO DA LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

Participantes do grupo

Carlos André de Andrade Santos, Mario Marandino Neto, Francine Aparecida Flores, Rayane Dionísio da Silva, Roselandia Maria Serra Verde Coelho Rocha

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

O trabalho como pilar da vida material humana e palco da luta por direitos e cidadania.



Público Alvo (idade e local)

Alunos da educação básica (3º ano do Ensino Médio) – faixa etária 17-22 anos. Escola Pública (pode ser adaptável para qualquer cidade do Brasil com esta oferta). A atividade foi pensada para ser desenvolvida de forma presencial, mas também pode ser adaptada para o ambiente virtual síncrono.



Recursos necessários

Para o desenvolvimento da proposta, o grupo definiu que o professor deve ler e selecionar os trechos do artigo Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, de Friedrich Engels, ler os artigos adequados da CF/88 e da LDBEN para dar maior sustentação na condução da aula e deve selecionar as imagens adequadas que deverão ser debatidas.



Duração

2 aulas (100 minutos) + Atividade em casa;

O tema trabalho se confunde com a própria trajetória da humanidade. Para tanto, recorremos ao artigo "Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem", de Friedrich Engels. O texto foi escrito em 1876 e publicado pela primeira vez em 1896, ou seja, trata-se de uma narrativa da segunda metade do século XIX, que permite fazer algumas reflexões sobre a importância do trabalho para a vida.

O autor destaca as mudanças morfológicas que ocorreram ao longo de milhares de anos. Indaga-se: onde está o trabalho? A resposta é simples: na caça de animais de grande porte e na coleta de frutos para se alimentar visando suprir necessidades básicas ligadas ao instinto de sobrevivência. Também se ligava a esse instinto a necessidade de viver em grupos, e outras tarefas surgiram: o cuidar dos filhotes pelas fêmeas, a defesa do território pelos machos, tarefas que foram se aperfeiçoando.

A contextualização proposta poderá ser evidenciada através de uma ilustração que mostre mudanças morfológicas no corpo humano, chamando a atenção para o desenvolvimento cognitivo que acompanhou essa transformação, a ponto de falarmos hoje em inteligência artificial. Trata-se, portanto, de um tema que poderá despertar o interesse da juventude que está frequentando o Ensino Médio, alguns membros da qual já podem estar em atividade laboral. Quanto a isso, devemos lembrar o que estabelece o art. 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – sobre o trabalho e a sua relação com a educação e a cidadania:

GT CIDADANIA

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
(Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional)

Para contextualizar o debate, é oportuno ainda o inciso XI do art. 3º da mesma lei, que trata dos princípios nos quais deverá se basear o ensino brasileiro: “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

Trata-se de um princípio a ser perseguido no currículo escolar, e a discussão que o grupo se propõe a fazer nesta proposta está articulada com a necessidade de formação do trabalhador como cidadão. Por isso, tem como destinatários os estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública.

Além da LDBEN, temos que buscar o que estabelece a Constituição Federal de 1988 a respeito do trabalho. Nossa Lei maior contempla o trabalho sob diferentes aspectos, a saber:

- a) no inciso IV, art. 1º, como um dos fundamentos do Estado democrático de direito;
 - b) no art. 6º, como um direito fundamental a prestações;
 - c) no caput do art. 170, como fundamento da ordem econômica;
 - d) no art. 193, como base da ordem social.
- (BRASIL: CF, 1988)

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

TRABALHO O TRABALHO COMO PILAR DA VIDA MATERIAL HUMANA E PALCO DA LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL

Evidenciar o papel do trabalho como um fundamento da vida material humana e como palco da luta por direitos e exercício da cidadania.

Apesar de protegido de diferentes formas na Carta Magna, resta muito o que fazer em termos de regulamentação desses dispositivos, sendo este um debate que consideramos importante se desenvolver na escola, até porque temos muito a alcançar no sentido de efetivar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, situação que se percebe grave diante da evidente precarização do trabalho. É o que podemos ilustrar a partir do raciocínio de Gabriela Neves Delgado:

Não há como se concretizar o direito à vida digna se o homem não for livre e tiver acesso ao direito fundamental ao trabalho também digno. Da mesma forma, não há possibilidade real do exercício do trabalho digno se não houver verdadeira preservação do direito fundamental à vida humana digna. (DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006, p. 211)

Assim, levar para os estudantes do 3º ano do Ensino Médio uma discussão sobre o trabalho como direito e base da formação social é uma importante contribuição para a formação da cidadania.

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Discutir o conceito de “Trabalho” a partir do artigo de F. Engels e procurar ver, em conjunto, como ele está presente no nosso dia a dia;
- Analisar imagens (pinturas e fotografias) a respeito do trabalho e suas condições, tecendo algumas considerações em conjunto;
- Relacionar a discussão inicial com as imagens;
- Correlacionar os documentos apresentados para pensar a importância da luta política desses trabalhadores para a construção de direitos e do exercício da cidadania;
- Fazer com que os alunos desenvolvam um produto que sistematize as discussões e os conceitos mobilizados ao longo das aulas;

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. [50min] Apresentação do tema central - "O Trabalho" - através de trechos do artigo "Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem", de F. Engels. O educador pode conduzir o debate a partir das seguintes perguntas:
 - Na concepção do autor, o que é o trabalho?
 - Qual a relação entre o trabalho e a transformação do macaco em homem?
 - Que tipo de trabalho os homens e as mulheres podem exercer?
 - Na sua casa, alguém trabalha? Com o que? Você acha que o trabalho é feito com condições dignas, com um bom salário?
 - Todos os trabalhos são feitos em condições dignas? O que é trabalhar em condições dignas?
 - Tem algum objeto ou algo na sua casa que não foi feito através do trabalho?
 - Somos dependentes do trabalho humano?
 - Hoje, todo mundo consegue arranjar um trabalho?
2. [25 min] Em seguida, o educador deve utilizar pinturas e fotografias a fim de discutir as formas de trabalho e suas condições ao longo da história. Indicamos o uso de pinturas do Jean-Baptiste Debret, fotografias do Sebastião Salgado (da coleção: "Trabalhadores") e fotografias atuais. A análise de todas essas imagens pode ser feita a partir das seguintes questões:
 - Que imagem é essa? (pintura ou fotografia);
 - Por que o pintor/fotógrafo quis retratar esse momento? Qual deve ser o seu intuito?
 - Por que a imagem tem essas características?
 - O que a imagem quer nos dizer?
 - Que tipo de trabalho está sendo feito?
 - Esse trabalho parece acontecer em condições dignas?
 - Você conhece alguém que trabalha dessa forma?
3. [25min] Após o segundo momento, o educador deve compartilhar alguns direitos trabalhistas garantidos na Constituição Federal Brasileira (1988) e fotografias de diferentes movimentos de trabalhadores (Exemplo: Greve de 1917; Greve dos entregadores de aplicativo; Ocupações do MST;). A discussão pode ser feita a partir das seguintes questões:
 - O que esses trabalhadores estão fazendo?
 - Por que eles estão protestando?
 - Qual a importância da reivindicação desses trabalhadores?
 - Como essas leis trabalhistas foram feitas? Simples concessão do Estado ou através longas lutas trabalhistas?
 - O que esses movimentos têm a ver com o conceito de "direitos sociais" e cidadania?
4. [Atividade para casa] Os alunos devem criar um "produto" que sistematize as discussões e os conceitos mobilizados durante as aulas, sobre a relação entre humanidade, trabalho e cidadania. Os alunos podem, individualmente ou em grupo, produzir podcasts, músicas, poemas, fotografias, pinturas, intervenções sociais, textos corridos e etc.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

TRABALHO O TRABALHO COMO PILAR DA VIDA MATERIAL HUMANA E PALCO DA LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

RESULTADOS ESPERADOS

(tangíveis e/ou intangíveis que se espera alcançar, por ex. gravação de depoimentos, exposição, ampliação de repertório, transformação social etc.)

Resultados tangíveis (geram indicadores e mostram fatores mensuráveis; você consegue literalmente visualizar o que está dando certo);

- 1.1. Espera-se que a turma participe da discussão, trazendo dúvidas, contribuições e reflexões;
- 1.2. Espera-se que os alunos criem um “produto” que relate os conceitos e as discussões feitas nas aulas;

Resultados intangíveis (dependem dos valores, dos comportamentos e do posicionamento das pessoas, nesse caso, dos estudantes).

- 2.1. Espera-se que no debate, os estudantes reflitam sobre a importância do trabalho como processo de socialização e como pilar da nossa vida material;
- 2.2. Espera-se que o posicionamento dos estudantes na criação do “produto” conte com ideias relacionadas com a defesa do direito ao trabalho digno e a cidadania;
- 2.3. Espera-se que os estudantes se manifestem em defesa da dignidade do trabalho como aspecto imprescindível na formação para a cidadania.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

TRABALHO

O TRABALHO COMO PILAR DA VIDA MATERIAL HUMANA E PALCO DA LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

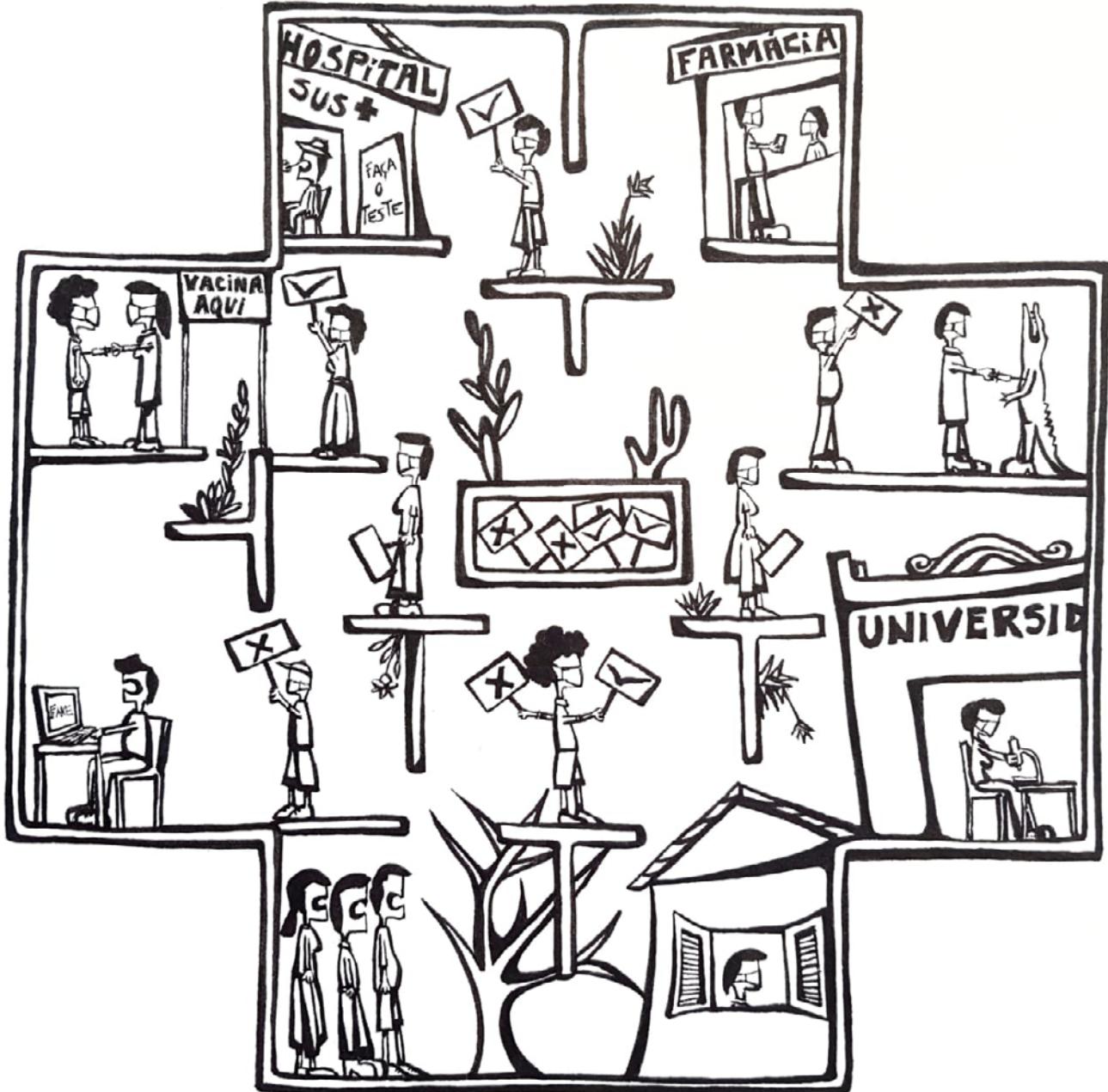
Engels, F. (2006). O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem (1876). *Revista Trabalho Necessário*, 4(4). <https://doi.org/10.22409/tn.4i4>.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006, p. 211)

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei n. 9.424*, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996.

GT CIDADANIA



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

SAÚDE A VACINA E O COMBATE À “FAKE NEWS”

Participantes do grupo

Bruna Pontes Araújo, Erivan Silva, Elaine Santos, Joyce Angarten Luiz da Silva

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

Combater a desinformação sobre os imunizantes contra covid-19, causada por factoides que fragilizam a opinião pública sobre a eficácia das vacinas e atacam a reputação das instituições de pesquisa científica responsáveis pela produção de vacinas.



Público Alvo (idade e local)

A classificação da faixa etária é livre. Os jogos são acessados em plataformas digitais, no idioma português e com recursos de acessibilidade.



Recursos necessários

Equipamento com acesso à internet.



Linguagem

A campanha para divulgação dos jogos será veiculada pelas ferramentas YouTube, WhatsApp, Facebook e Instagram, por serem largamente utilizadas pelos 150 milhões de usuários brasileiros. (<https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>)



Duração

Para uso livre e com autonomia: cronômetro interno conforme as regras do jogo.

Para uso com mediação:

Aquecimento e explicação - 5 min.
Aplicação dos jogos - 15 min.
Discussão e reflexão após o jogo - 30 min.
Avaliação da atividade - 5 min.

A saúde consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, que estabelece que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. O direito à saúde é indissociável do direito à vida, que é baseado no valor da igualdade entre pessoas.

No contexto do Brasil, o direito à saúde foi conquistado com o movimento da Reforma Sanitária, que resultou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal de 1988, que diz em seu artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.”

“A Revolta da Vacina tornou-se emblemática da intervenção autoritária do Estado na saúde e intimidade dos cidadãos. A metáfora do corpo orgânico para falar da sociedade circula entre os médicos sanitários de forma que a medicalização da sociedade serviria para criação de condições ambientais que favorecessem a formação de corpos e mentes sadias condizentes com uma nação próspera e civilizada (Rago, 1985). [...] Assim, a partir da década de 1960, fortaleceu-se a ideia da educação em saúde como forma de extinguir comportamentos de risco e adoção de hábitos saudáveis (práticas higiênicas, aceitar vacinação, fazer exames etc).” (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/saude_direitos_humanos_ano7_n7.pdf)

GT CIDADANIA

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

SAÚDE A VACINA E O COMBATE À “FAKE NEWS”

OBJETIVO GERAL

Com a corrida mundial para o desenvolvimento das vacinas contra Covid 19, houve um aumento da desconfiança da população mundial, e em especial da brasileira, quanto à eficácia dos imunizantes disponíveis. A falta de uma campanha nacional organizada pelo ministério da saúde e a grande disseminação de notícias falsas reforçam o medo da vacina, mesmo com o grande número de mortes e rápidas mutações do vírus.

Promover o conhecimento e difusão de informação através de jogos, desafios e atividades gamificadas sem delimitação por idade, gênero e classe social. Combater a propagação de falsas notícias em prol da saúde pública.

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Combater a desinformação que causa risco à saúde pública.
- Apresentar de forma lúdica conteúdos acessíveis sobre contágio e prevenção em todas as faixas etárias.
- Apontar caminhos para averiguar se a fonte de informação é confiável.
- Promover a autonomia do indivíduo para o pleno exercício da sua cidadania.

JUSTIFICATIVA

Utilizar estratégias de guerrilha para combater a disseminação de *fake news* que se espalham pelas redes sociais. Promover competição entre os jogadores, cuja pontuação resulta do combate às falsas notícias e do compartilhamento do jogo. O projeto visa: adesão à campanha de vacinação; continuidade das práticas recomendadas pela OMS sobre o uso de máscaras, álcool gel e distanciamento físico; resgate da confiança nas instituições de pesquisa científica em saúde; fortalecimento do apoio popular ao Sistema Único de Saúde e permanência do direito constitucional à saúde pública.

GT CIDADANIA

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. Pesquisa e Planejamento
 - Mapeamento das falsas notícias e avaliação do impacto por faixa de idade, comportamento e crença resultante.
 - Compilar conteúdos a serem debatidos por palavras chaves: pandemia, covid 19, vacina, quarentena, lockdown, SUS, notícia falsa, manchetes sensacionalista, entre outros.
 - Selecionar os jogos conforme as estratégias de combate por temas, palavras-chaves e vulnerabilidade do público.
2. Desenvolvimento
 - Elaborar uma coleção de jogos com níveis de desafios do iniciante ao avançado.
 - Utilizar modelos como proposto pela ferramenta Wordwall.net



Imagen 1 - Print do site Wordwall.net/pt/

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

EXEMPLOS DE PROTÓTIPOS DE JOGOS PARA COMBATER AS FAKE NEWS

1. Formulário
https://docs.google.com/forms/d/1PvZWux53_VgeehdgjF5ELCIts5d33hZRKq-mCLNXrs4/viewform?edit_requested=true
2. Combinação
<https://wordwall.net/play/21516/632/869>
3. Vire as peças
<https://wordwall.net/pt/resource/21568866>

SAÚDE A VACINA E O COMBATE À “FAKE NEWS”

RESULTADOS ESPERADOS

Interação entre os jogadores, aumento do fluxo de informações verdadeiras, debate e discussão sobre direitos individuais e deveres coletivos, reflexão sobre responsabilidade social, incentivo à participação cidadã, cobrança de propostas e projetos dos representantes políticos, aumento da capacidade de analisar criticamente as notícias e informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar.** Rio de Janeiro, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

GT EDUCAÇÃO



GT EDUCAÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação contempla um grande leque de significados para qualquer sociedade e na sua constituição enquanto espaço de convivência. Por este motivo, podemos considerar neste âmbito a relação com diferentes contextos, sejam eles sociais ou políticos. Devemos entender que a Educação é um elemento essencial do processo de socialização por transmitir elementos culturais, valores, costumes e tradições, os quais são comunicados ao longo do tempo e podem até mudar de uma geração para outra, sendo essa movimentação que constitui o desenvolvimento de todos os seres humanos enquanto produtores de cultura.

Compreendemos que a Educação, ao abranger a sociedade na sua totalidade, se relaciona à constituição e formação das pessoas. Não se restringe apenas aos ambientes formais, mas alcança também os não formais, ampliando dessa forma a disseminação de conhecimento para os diversos públicos, seja para crianças, jovens ou adultos. Tanto os ambientes formais quanto os informais são espaços de partilha de aprendizados e proporcionam experiências significativas para a construção de um conhecimento significativo que colabore para a formação de um sujeito cidadão. Um papel importante da Educação é contribuir para a propagação do conhecimento reflexivo e crítico, sendo esta prática defendida por Paulo Freire e reforçada por muitas educadoras e educadores, que utilizam o cotidiano dos educandos como ponto de partida para a reflexão sobre a realidade e também apresentam-lhes a importância de conhecer seus direitos para que possamos caminhar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Levando em consideração a relevância dos diversos direitos estabelecidos como fundamentais desde a era moderna até a contemporaneidade, daremos destaque à Educação em Direitos Humanos, buscando evidenciar a importância da disseminação do tema por meio das mais diversas práticas educativas, pensando nas diferentes situações e contextos em que a aprendizagem está presente. Isso porque a Educação em Direitos Humanos se consolida como a base para a manutenção da dignidade humana e se realiza no processo de entendimento de si e do outro através do diálogo e da troca de conhecimento e experiências de maneira horizontal, abrangendo um leque de temáticas voltadas para a compreensão e o respeito à diversidade humana.

Pensando neste contexto, o Memorial da Resistência, ao fomentar a Educação para os Direitos Humanos, desenvolve o curso intensivo abordando a temática. Nesse espaço tivemos um Grupo de Trabalho (GT) específico com o olhar para a Educação, onde foi possível debater, trocar experiências e construir ações que pudessem ser adaptadas. Tudo isso foi feito com base nas aulas, na vivência de cada participante, que refletiram sobre a relevância da relação entre Educação e Direitos Humanos, possibilitando desta maneira um olhar a mais sobre conceitos, métodos e práticas a serem multiplicados em seus territórios.

O GT de Educação teve como objetivo colocar em pauta assuntos pertinentes, como Acesso e Permanência, Educação para a Diversidade e Igualdade Racial. Estes temas, além de envolverem questões muito pontuais, também acabam se inter-relacionando e revelam-se até complementares

entre si, pois cada questão-chave tem reflexos nas outras. Este GT visa educar para os Direitos Humanos demonstrando a perspectiva de ampliar as informações, práticas, vivências e até violações destes e de muitos outros direitos. Os subgrupos tiveram como objetivos específicos:

- Pensar sobre as principais questões que devem ser desenvolvidas para garantir o acesso a espaços educacionais e educativos para todas e todos, como também compreender a importância de estimular meios, instrumentos e práticas necessárias que garantam a permanência das pessoas nesses ambientes;
- Compreender a diversidade social brasileira, refletindo sobre os diversos grupos sociais que foram se organizando, fortalecendo sua identidade e buscando destaque para serem respeitados em suas particularidades, grupos que, por fazerem parte da sociedade e não estarem à parte dela, são também detentores de direitos;
- Desconstruir mitos raciais, além de evidenciar como a fragilidade vai sendo estabelecida subjetivamente quando justificada para fundamentar determinadas posturas racistas, as quais, sendo debatidas e postas a nu, tendem a ser desconstruídas, principalmente pelo fomento da desnaturalização de atitudes preconceituosas. Estabelecem-se assim os meios para uma prática antirracista enquanto elemento formativo dos Direitos Humanos.

Em uma perspectiva pontual dos assuntos tratados, tivemos como resultados do GT de Educação a elaboração de projetos que podem ser desenvolvidos em qualquer instituição ou ambiente educacional, ou ainda por coletivos interessados em tratar a relação entre Educação e Direitos Humanos. Nesta perspectiva, os projetos são resultado do Curso, que produziu as seguintes propostas:

GT EDUCAÇÃO

ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR

Elaborou um projeto para o seguinte público: Professoras(es), estudantes do Ensino Médio e pessoas interessadas na temática do acesso e da permanência da população indígena no Ensino Superior. A ideia proposta foi de debater as diferentes barreiras que a população indígena enfrenta para chegar ao ensino superior, mesmo com o respaldo da Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012, que reserva uma quantidade de vagas para pessoas indígenas. O principal objetivo do grupo foi fomentar o debate e realizar o levantamento e registro em áudio dos depoimentos de estudantes indígenas pré-universitários e universitários, bem como professoras e professores indígenas, para destacar pontos temáticos pertinentes da vivência nas diferentes instâncias da educação. Entre os resultados deste trabalho também se inclui a transcrição dos depoimentos, para subsidiar a elaboração de material didático-pedagógico que possa ser utilizado como instrumento para fomentar maior conhecimento sobre o assunto.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE A DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

Este grupo escolheu trabalhar com a temática específica "A importância da formação docente sobre a diversidade na sala de aula", tendo como público-alvo professoras e professores da educação básica. O projeto visa, então, formar esses profissionais para melhor acolher as diferentes características e contextos de suas alunas e alunos, utilizando inicialmente uma abordagem conceitual sobre os seguintes temas: Cor/Raça; Gênero; LGBTQIA+; Pessoa com deficiência; Refugiados; Cultural (religiosa, regional etc.). Para desenvolver a abordagem foram pensados quatro encontros, que podem ser realizados on-line ou presencialmente. Contudo, o grupo não se limitou a conduzir a discussão sobre a diversidade em uma conversa com educadores, mas também se propôs a realizar oficinas com uma ferramenta que pode contribuir para a prática docente: os jogos, que, virtuais ou não, trazem em si a ludicidade e têm a possibilidade de serem adaptados para a temática da diversidade.

SUBGRUPOS

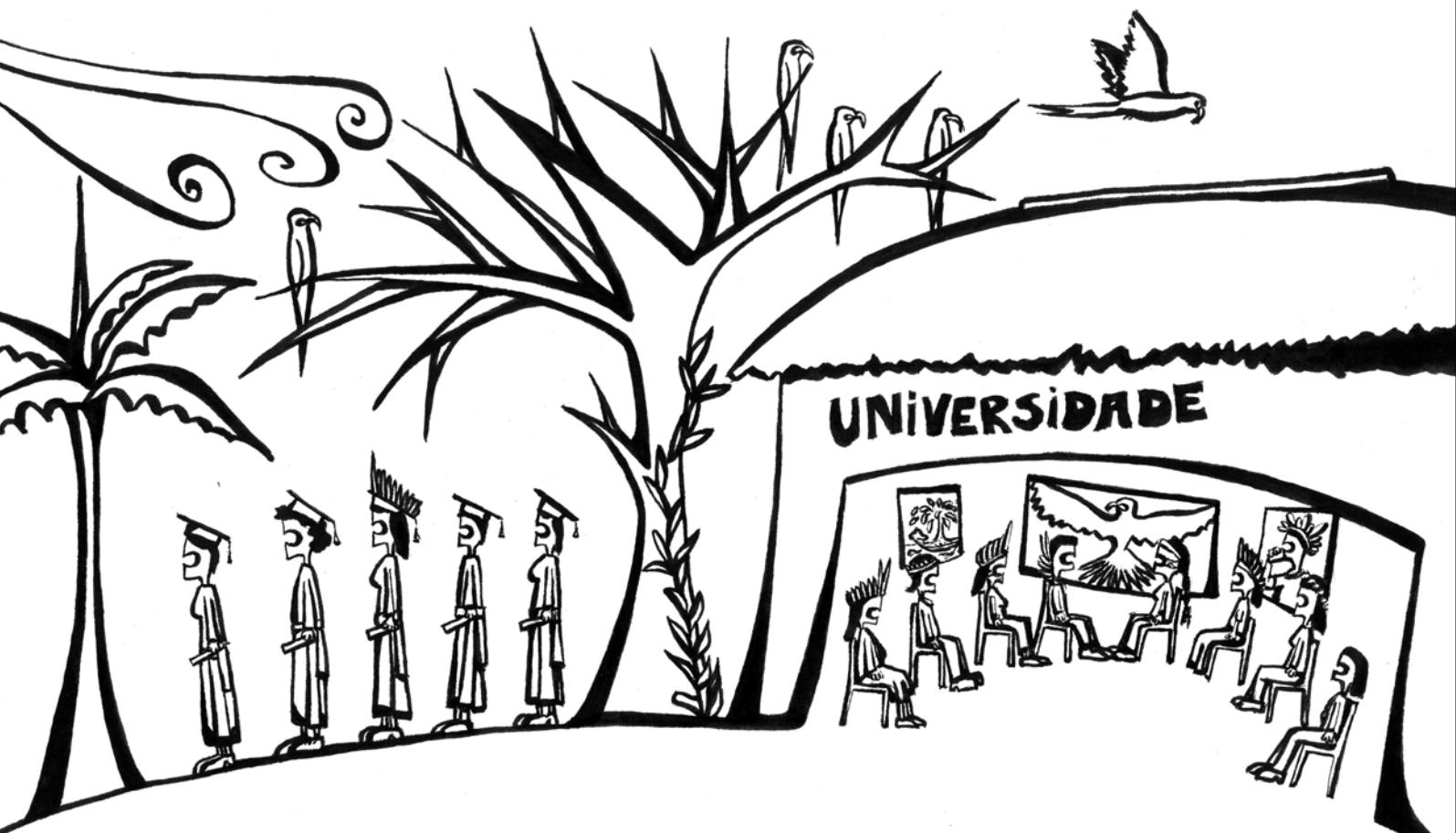
IGUALDADE RACIAL RACISMO É COISA DE BRANCO/BRANCA?

O grupo elaborou uma proposta partindo da seguinte questão: Racismo é coisa de branco/branca? A fundamentação conceitual se fez a partir da leitura de Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Grada Kilomba e outros autores. O objetivo era compreender o conceito de branquitude, partindo da análise do contexto histórico e focando na responsabilidade por enfrentar o racismo, estabelecendo ações e estratégias que contribuam com a construção da igualdade racial. A proposta contempla a elaboração de uma oficina a ser desenvolvida com pessoas acima de 12 anos de idade, de qualquer instituição educacional ou cultural. A oficina se inicia com o aporte teórico, apresentando o processo histórico presente na bibliografia sugerida, e passa pela elaboração de reflexões acerca do conceito de "branquitude" e os processos históricos estabelecidos a partir da percepção racista. Um elemento utilizado pelo grupo para fomento do debate e reflexão foi observar comentários realizados numa propaganda em que a maioria ou a totalidade das pessoas mostradas são negras. A partir desse material, o grupo propõe perguntas provocativas a respeito dos comentários para estabelecer a crítica sobre o questionamento dos/as brancos/as nas propagandas em que há poucos protagonistas brancos. Para a sistematização das reflexões, pode ser elaborado um vídeo curto de até 1 minuto propondo alguma ação de promoção da igualdade racial.

As atividades desenvolvidas no GT de Educação tiveram como fechamento a apresentação dos projetos de cada subgrupo. As apresentações desencadearam debates extremamente ricos e potentes, que abriram a possibilidade para muitas trocas entre todas e todos os presentes na socialização dos projetos. Nesta perspectiva, cada proposta elaborada por este GT pode ser utilizada como uma oportunidade de expandir essa conversa e possibilitar que ela chegue nos mais variados espaços que visem promover a Educação em Direitos Humanos, compreendendo-se também que esses projetos podem e devem ser aplicados e até adaptados para diferentes contextos educacionais. Esperamos que o material suscite discussões e reflexões fundamentais para pensarmos os próximos passos dentro do futuro da Educação.

Celso Francisco do Ó, Aléxia Sayuri Hino e Heloisa Almeida Prado
Mediador e educadoras de apoio do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos

GT EDUCAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR

Participantes do grupo

Denise Malta de Andrade, Fabiana Bueno Ferrarezi, Patrícia Lúcia, Tania Maria Serafim



Tema geral

Acesso e Permanência da População Indígena no Ensino Superior.



Público Alvo (idade e local)

Professoras(es), estudantes do Ensino Médio e pessoas interessadas. Local: Espaço físico de instituição interessada e ambiente online.



Recursos necessários

- Formulário de inscrição para participantes das rodas de conversa;
- Termo de consentimento para estudantes e professoras(es) indígenas que queiram ter seus testemunhos gravados;
- Dispositivo eletrônico para gravar os testemunhos de estudantes e professoras(es) indígenas;
- Espaço físico da instituição interessada em facilitar o projeto para a promoção das rodas de conversa;
- Dispositivo eletrônico com acesso à internet e às plataformas digitais, como Instagram e Youtube, para promoção da roda de conversa online.



Linguagem

Roda de conversa ou live (on-line).



Duração

- Um mês (encontros presenciais), se possível, durante o mês de abril, dadas as mobilizações das lutas do Abril Indígena, com rodas de conversa aos sábados.
- Rodas de conversa de 3h30 no espaço físico, com pausa para café.
- Lives com duração de 1h20min

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Desde a instituição da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, ações afirmativas quanto ao ingresso e à permanência da população indígena nas universidades vêm aumentando em todo o país. No entanto, ainda não existe uma política pública de educação indígena em âmbito nacional.

A barreira linguística talvez seja o primeiro obstáculo. A língua portuguesa é a segunda língua para grande parte da população indígena, que tem domínio da modalidade oral, a qual é bastante diversa do que se exige nas leituras e escritas cobradas no universo acadêmico. Os procedimentos burocráticos também costumam ser problemáticos e, quando a(o) estudante reside no interior dos estados e/ou nas aldeias, os desafios são ainda maiores, pois muitas(os) não têm acesso à internet e ao sinal de telefone.

Com a atual política de corte orçamentário das universidades e dos institutos federais de ensino por parte do Governo Federal, os problemas e as complexidades têm aumentado e os riscos de evasão de estudantes universitários(os) de baixa renda tornaram-se muito altos. O Programa Bolsa Permanente, criado em 2013, imprescindível para que estudantes indígenas e quilombolas garantam a continuidade de seus estudos nas cidades, vem sofrendo cortes por parte do Ministério da Educação, num processo de desmonte de políticas sociais já construídas, colocando jovens estudantes em situação de vulnerabilidade numa condição ainda maior de desproteção.

GT EDUCAÇÃO

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR

OBJETIVO GERAL

Com a pandemia da COVID-19, a situação educacional da população indígena se agravou, dadas as dificuldades de acesso à informação e à comunicação no isolamento, já que as ações remotas não se concretizam sem as tecnologias.

A omissão do Estado em relação à educação escolar indígena alcança todo o território nacional, e os relatos de professoras(es), estudantes e responsáveis demonstram que as deficiências são muitas: desde a falta de infraestrutura, falta de água para beber e para higiene, até a falta de merenda. Grande parte das escolas indígenas não possui Ensino Médio, forçando jovens a uma situação de itinerância, tendo de se deslocar por quilômetros para frequentarem escolas não preparadas para suas culturas e realidades, contribuindo ainda mais para o insucesso escolar.

Fomentar o debate a respeito do acesso e da permanência da população indígena no Ensino Superior.

- Sensibilizar a sociedade para a temática e discutir o acesso e a permanência da população indígena no Ensino Superior;
- Realizar e divulgar a coleta de testemunhos de estudantes indígenas que estão cursando Ensino Superior ou cursos preparatórios pré-vestibulares e de indígenas que atuam em universidades;
- Fomentar rodas de conversa entre estudantes e professoras(es) indígenas, abertas ao público interessado;
- A partir da coleta dos testemunhos e de referências bibliográficas sobre a temática, construir um material didático-pedagógico sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

- Criação de material de divulgação do projeto, podendo ser em conjunto com a instituição interessada no desenvolvimento da proposta. Sugestão de instituições: museus, teatros, escolas e faculdades;
- Criação do formulário de inscrição para participantes das rodas de conversa (sugestão: é conveniente que as pessoas interessadas em participar possam enviar, junto com o formulário, uma carta de interesse);
- Dada a intenção de gravar os testemunhos de estudantes e professoras(es) indígenas, é necessário que essas pessoas preencham um termo de consentimento, que deverá ser construído pela organização do evento;
- Seleção das(os) participantes – Máximo de 20 pessoas. (Aqui vale considerar, para a seleção, as diversidades e as representatividades.);
- Material explicativo sobre o projeto para as pessoas selecionadas;
- Organização dos conteúdos a serem abordados nas rodas de conversa. Aconselha-se elencar assuntos para cada sábado de encontro (sugestões de temas: diversidade linguística; preconceitos no ambiente universitário; tecnologias digitais e juventudes indígenas; burocracias e ações afirmativas; provas de ingresso específicas para a população indígena);

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

- Transcrição dos testemunhos das(os) estudantes e professoras(es) indígenas para que se possa, por meio dos relatos, criar um material didático-pedagógico, o qual poderá ser organizado de diversas maneiras – como uma cartilha, um artigo ou um jornal, por exemplo.
- Formato Live:*
- Live em plataforma digital entre estudantes e professoras(es) indígenas, aberta ao público interessado.
 - As lives poderão ser realizadas diretamente pelo aplicativo Instagram e transmitidas para o YouTube. Também podem ser realizadas por meio de outro site e/ou aplicativo que ofereça suporte para a transmissão do evento.
 - Considerar para a participação no debate pelo menos um(a) estudante indígena universitário(a), um(a) professor(a) indígena e um(a) estudante indígena de cursinho preparatório pré-vestibular.

Atenção:

- Assim como proposto para as rodas de conversa e para as entrevistas-testemunhos, recomendamos que a live também conte com um roteiro pré-definido de temáticas a serem abordadas.
- Indicamos que a live tenha como participantes ao menos uma pessoa indígena representante da classe de estudantes do Ensino Superior, uma pessoa indígena que represente a classe de estudantes pré-vestibulares e uma pessoa indígena representante da classe docente.
- Para todas as atividades propostas, apontamos como fundamental: disponibilizar tradutor-intérprete de libras e também que, se necessário, cada pessoa indígena entrevistada possa, se for de sua vontade, se manifestar em sua língua materna, e que, para esses casos, haja a tradução de sua fala para a língua portuguesa brasileira.

ACESSO E PERMANÊNCIA ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR

RESULTADOS ESPERADOS

A partir da aplicação deste projeto, espera-se fomentar o debate acerca das problemáticas que envolvem a temática do acesso e da permanência da população indígena no Ensino Superior.

Nesta perspectiva, é preciso compreender os testemunhos como espaços de aprendizado. Espera-se que os relatos possam ser transcritos, transformando-se em material de apoio didático-pedagógico às pessoas interessadas. Esse material poderá trazer, além dos testemunhos, lista de universidades e instituições universitárias que possuem provas de ingresso específicas para a população indígena, e de programas e políticas afirmativas que apoiem o acesso e a permanência dessas(es) estudantes no Ensino Superior.

Se as rodas de conversas puderem contar com participantes de diferentes regiões do país, acredita-se que se possam também atrair os olhares para as particularidades de cada região, o que poderá fortalecer as estratégias de apoio, assistência e cooperação.

ANEXOS

Orientação para realização da Coleta de Testemunhos:

Testemunhos de estudantes indígenas universitários, estudantes indígenas de cursos pré-vestibulares e professoras(es) indígenas, entendendo-se os testemunhos como formas de aprendizado por meio dos quais se podem alcançar as realidades relacionadas à temática.

Sugerimos que os depoimentos sejam coletados por meio de gravações. Para que se consiga passar pelos pontos temáticos importantes para o assunto deste projeto, propomos que os depoimentos sejam coletados por meio de entrevistas-testemunhos e que estas sejam semiestruturadas, tendo uma pauta e um roteiro pré-definidos. No entanto, para que a vivacidade e o dinamismo da fala e do acesso às memórias sejam mantidos, recomendamos que não haja posturas autoritárias, diretivas e impositivas na condução das coletas, mantendo-se a sensibilidade necessária e estabelecendo um ambiente acolhedor, seguro e afetivo durante a gravação dos depoimentos.

Esse material didático-pedagógico pode ser estruturado de diversas maneiras, trazendo, além dos textos e das falas, imagens, fotografias, mapas, infográficos e outros recursos visuais que colaborem para o desenvolvimento e a expansão do tema. Para preservar a integridade das pessoas que venham a concordar com o compartilhamento dos testemunhos, sugerimos que cada participante preencha um termo de consentimento. Esse termo deverá conter um texto em que fique manifestada a livre e consciente vontade de cada participante de fazer parte da coleta de testemunhos.

O pré-roteiro das entrevistas-testemunhos, para auxílio na condução dos relatos, pode ser composto por perguntas temáticas como, por exemplo:

1. Como se deu o seu processo de escolarização?
2. Você entende que esse processo respeitou a autonomia e a singularidade das particularidades culturais que envolvem a população indígena?
3. O que motivou o seu ingresso no ensino superior?
4. O que motivou a escolha do curso que você fez/faz?
5. Quais as maiores adversidades encontradas por você durante seu percurso no ensino superior?
6. Como tem sido lidar com essas adversidades?
7. Para você, quais as principais questões que envolvem a permanência e o acesso da população indígena no ensino superior?

Nomes sugeridos para a coleta de testemunhos e rodas de conversa: pessoas indígenas que são referências atuais nas lutas e mobilizações pelos direitos da população indígena, como, por exemplo, Ailton Krenak, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Luiz Eloy Terena, Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Cristine Takuá, Rita Potiguara, Edite Andrade, Daiara Tukano, Casé Angatu, Denilson Baniwa, Celino Alexandre Raposo e tantos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

CAVALLI, G. MEC oferece apenas 800 bolsas e ameaça permanência de 4 mil indígenas e quilombolas na universidade. **CIMI.** Publicado em: 30 maio 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/05/mec-oferece-apenas-800-bolsas-e-ameaca-permanencia-de-4-mil-indigenas-e-quilombolas-na-universidade/>. Acesso em: 13 set. 2021.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA. **Línguas Ameríndias:** ontem, hoje e amanhã. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2020. Disponível em: https://memorial.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Livro-das-L%C3%ADnguas-Amer%C3%A9ndias_2020.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBS, 2021. Disponível em: atlas-violencia-2021-v6.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em: 14 set. 2021.

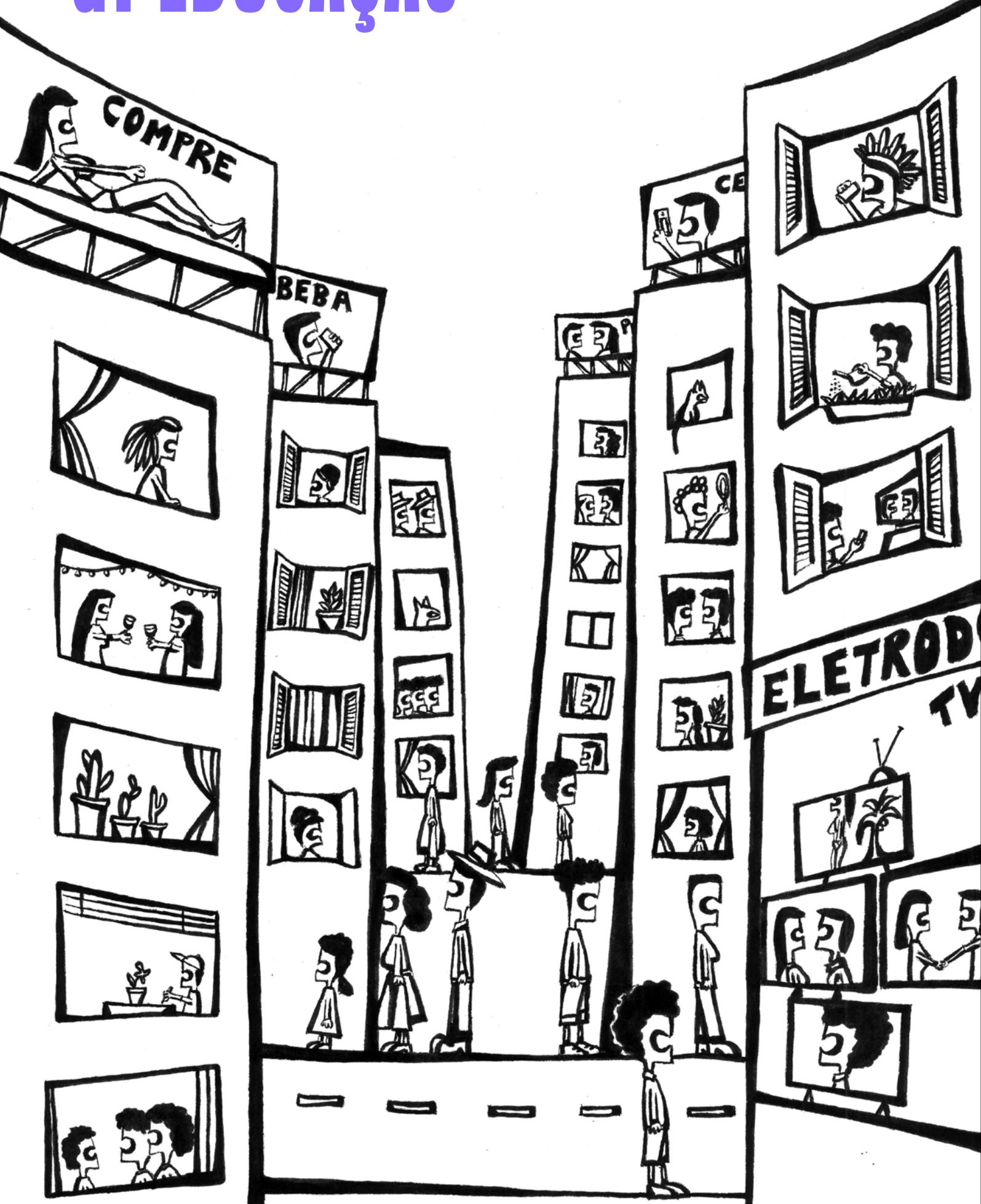
CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil.** Dados de 2019. Cimi: 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

Jornal da USP. Inexistência de políticas educacionais deixa milhares de estudantes sem aula no Brasil. **Jornal da USP,** São Paulo. Publicado em: 1 set. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/inexistencia-de-politicas-educacionais-deixa-milhares-de-estudantes-sem-aula-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2021.

LIMA, J. Educação indígena: o desafio de sair da comunidade para estudar na universidade. **Amazônia Real.** Publicado em: 26 jan. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/educacao-indigena-o-desafio-de-sair-da-comunidade-para-estudar-na-universidade/>. Acesso em: 14 set. 2021.

NASCIMENTO, D.; CELONA, R. C.; COHEN, C. L. **Políticas de inserção e permanência universitária para população indígena.** Relatório Final para o Edital Imea-Unila 06/2018. Foz do Iguaçu/PR, jan. 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4877;sesionid=601BB1BD0435DD9D4979113DBC3D06B1>. Acesso em 14 set. 2021.

GT EDUCAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

IGUALDADE RACIAL RACISMO É COISA DE BRANCO/BRANCA?

Participantes do grupo

Janaina Martins Corrêa, Juliana Camillo Domingues, Karina da Silva Costa, Luciana Batista Vieira, Ruth Bessa Santana Gasparetto

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

Racismo é coisa de branco/branca?



Público Alvo (idade e local)

Pessoas acima de 12 anos, em instituições educacionais formais e não formais e em instituições culturais.



Recursos necessários

Cópias dos textos escolhidos; vídeo (internet); local em que se possam projetar vídeos.



Linguagem

O formato priorizado para a aplicação do projeto é presencial, mas o conteúdo é adaptável para o ambiente online.



Duração

A oficina tem uma duração de aproximadamente 4h. No entanto, dependendo de qual instituição for aplicar a atividade, esse tempo pode ser adaptado para 4 a 5 aulas ou 2 encontros. Isso pode variar de acordo com a necessidade da instituição, seja ela formal ou informal.

Qual é a relação entre democracia e racismo? Sueli Carneiro (2020), filósofa e feminista antirracista, afirma que enquanto houver racismo estrutural não haverá democracia no Brasil.

Durante as reflexões do grupo, destacou-se a necessidade do diálogo com o público sobre o conceito de "branquitude" e sobre a responsabilidade das pessoas brancas no enfrentamento ao racismo. Houve uma percepção que essa reflexão pouco ocorre em espaços educativos e culturais, o que pode ser explicado por diversos processos históricos e culturais – entre eles, o silenciamento da responsabilidade das pessoas racializadas como brancas por diversas violências, como a colonização e genocídios, como afirma o historiador Bruno Ribeiro Oliveira:

Os últimos cinco séculos, diretamente ligados à formação da nossa contemporaneidade, estão carregados de colonialismo, escravidão e genocídios promovidos por povos de origem europeia e brancos. Portanto, propor a discussão do que significa ser branco é reconhecer que a branquitude está atrelada aos fatos citados. (OLIVEIRA, 2020).

Do mesmo modo, se mantêm em muitos espaços públicos narrativas hegemônicas que não questionam o passado de violências da branquitude brasileira nem suas atuações no presente. Grada Kilomba, artista e intelectual, enfatiza o percurso necessário para que ocorra uma conscientização coletiva da branquitude sobre sua responsabilização e ações de transformação para uma sociedade antirracista:

GT EDUCAÇÃO

Este percurso da conscientização coletiva, que começa com a negação – culpa – vergonha – reconhecimento – reparação, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento. (KILOMBA, 2019 p.11).

Se fazem necessárias, então, para reconfigurar as estruturas de poder e as narrativas históricas, ações efetivas em educação. Essas ações educativas foram pensadas para o enfrentamento do mito da neutralidade da branquitude e o mito da democracia racial construídos por narrativas hegemônicas, e também para desenvolver uma percepção das relações de poder em nossa sociedade a partir do conceito de raça.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é propor um diálogo que gere reflexão sobre o reconhecimento e a responsabilidade da branquitude em relação ao racismo, evidenciando o seu dever de promover a igualdade racial.

IGUALDADE RACIAL RACISMO É COISA DE BRANCO/BRANCA?

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Compreender o conceito de branquitude;
- Analisar o contexto histórico da branquitude brasileira;
- Refletir sobre a responsabilidade da branquitude no enfrentamento ao racismo;
- Elaborar ações e estratégias que corroborem com a igualdade racial.

GT EDUCAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

OFICINA PROPOSTA

1. Iniciar com a pergunta disparadora: "Racismo é coisa de branco/branca?"
Abrir a discussão para entender a noção de racismo e branquitude do público. Trata-se de uma forma de avaliar o letramento racial das pessoas envolvidas na oficina. Utilizar as respostas que surgirem para disparar reflexões sobre o tema ao longo da atividade.
2. Apresentar o processo histórico do racismo e branquitude no Brasil.
Essa apresentação, com apoio da bibliografia sugerida, pode ocorrer por meio de diversas linguagens e fontes, bem como por diversos recortes da história do Brasil. É fundamental construir uma narrativa, na exposição, de participação e responsabilidade das pessoas brancas para a desigualdade racial histórica.

São sugestões:

- Obras de arte que explicitem a formação da narrativa do branqueamento da população no século XIX, como, por exemplo, A Redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos.
- Utilização de trechos de produções audiovisuais, como, por exemplo, O Teatro Experimental do Negro – Ocupação Abdias Nascimento (2016). Esta última explicita a utilização da blackface e o apagamento das pessoas negras na mídia brasileira e no teatro como responsabilidade da

branquitude na primeira metade do século XX. O Teatro Experimental do Negro surge como resistência e resposta.

Também é possível, para a construção do diálogo, buscar exemplos da história do Brasil que os/as participantes conheçam e possam elucidar a responsabilidade da branquitude.

3. Formar grupos entre as/os participantes e entregar trechos de publicações das autoras Grada Kilomba e Maria Aparecida Silva Bento que conceituem o que é "branquitude" e enfatizem a responsabilidade desta na desigualdade racial. Pedir que os grupos elaborem reflexões a partir das discussões sobre os processos históricos do racismo e o papel da branquitude. Por meio das exposições coletivas, verificar a compreensão do conceito de "branquitude"
4. A partir das exposições dos grupos, criar o diálogo sobre o mito da democracia racial no Brasil contemporâneo e o racismo atual. Podem-se usar diversas fontes e instrumentos.

A sugestão apresentada é a leitura coletiva dos comentários da propaganda "Nesse Dia dos Pais, dê O Boticário". A escolha desse audiovisual ocorreu pela quantidade de comentários de pessoas brancas questionando uma propaganda que tem como protagonistas homens negros. Nesse sentido, a crítica que se faz aqui é sobre o não questionamento dos brancos/as quando qualquer propaganda tem protagonistas brancos.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

IGUALDADE RACIAL RACISMO É COISA DE BRANCO/BRANCA?

RESULTADOS ESPERADOS

- Compreensão histórica de como houve a instauração do processo da branquitude no Brasil;
- Reflexão sobre a responsabilidade do papel do/a branco/branca no enfrentamento ao racismo;
- Produção de ações práticas para a igualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev. latinoam.cienc.soc.niñez.juv** 8(1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanzales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Exposição verbal na aula "O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil"**. Curso "Raça, Gênero, Democracia e Participação Política". Escola do Parlamento e Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/328234174904517>. Acesso em: 17 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x Branquitude: uma análise conceitual do ser branco. **III Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, maio 2012. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebe cult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquitude-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

KILOMBA, Grada. A máscara: Colonialismo, memória, trauma e descolonização. In: _____. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 33-47

OLIVEIRA, Bruno Ribeiro. O medo dos brancos em falar sobre branquitude. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-medo-dos-brancos-em-falar-da-branquitude/>. Acesso em: 17 set 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

FONTES

A Redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 29 set. 2021.

Propaganda “Nesse Dia dos Pais, dê O Boticário”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aa-wZefbriM>. Acesso em: 29 set. 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

KILOMBA, Grada. A máscara: Colonialismo, memória, trauma e descolonização. In: _____. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 33-47.

GT EDUCAÇÃO

ANEXOS

Vídeo: Campanha publicitária “O Boticário Dia dos Pais (2018)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tTjYmnVLE>.

Comentários sobre a campanha publicitária Dia dos Pais da Boticário em 2018 na plataforma do YouTube.

Alguns comentários são destacados de vídeo no YouTube que comenta as manifestações sobre a propaganda: “Boticário e os racistas: sobre a diversidade e o racismo reverso” – Spartakus - <https://www.youtube.com/watch?v=0jOvsTfpxCQ>

Não foram feitas alterações na grafia e são transcritas aqui como aparecem nos comentários.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

IGUALDADE RACIAL RACISMO É COISA DE BRANCO/BRANCA?

Comentário 1

“O problema desse comercial é que ele é feito apenas para lacrar, ele não representa o Brasil, pois a maior parte da população não é negra, mis sim um grupo étnico, quem nem sequer é o maior grupo, no caso os negros, logo a maior parte da população não se sente representada, é como fazer um comercial só com japoneses, e dizer que representa o Brasil”.

Proposta para reflexão

Onde estão alicerçadas as ideias formadas desta pessoa? O que levou esta pessoa a pensar assim?

Comentário 2

“O que vi foi um monte de gente que não gostou da propaganda, onde está o racismo aí? Larguem de ser idiotas e colocar racismo em tudo. Ninguém é obrigado a amar a propaganda só porque tem negros”

Comentário 3

“kd os japoneses nesse comercial, baita discriminação...mimimimi”

Proposta para reflexão

O que motiva a pessoa a questionar a existência do racismo na ação dos deslikes, ao passo que ela se sente confortável em xingar sem efetivamente trazer contribuição para o debate? Por que justamente numa propaganda protagonizada por pessoas negras questiona-se a não participação de outras etnias?

Comentário 4

“É estranho ver uma família negra feliz não é não pois eles são somente mais escuros que nós brancos tem a vida deles o dinheiro deles a riqueza deles e ainda mais uma família feliz como um branco também tem sua família feliz...o que vale sua pele ser branca se sua alma é negra de sujeira”

Proposta para reflexão

Observe o desfecho do comentário - “O que vale sua pele ser branca se sua alma é negra de sujeira”. Existe alma branca? Por que será que a palavra negra está associada a algo pejorativo?

Comentário 5

“Ué nem pra colocar pelo menos a empregada branca em, faltou diversidade. Racismo inverso existe é isso é a prova ” (canal Spartakus).

Comentário 6

“Me tire uma dúvida. Boticário só fabrica perfumes pra afros? Acho que estou usando a marca errada. Uma vez que o público alvo da empresa são os afros, a partir de agora vou usar os importados. Alguém vai dizer que sou racista , mas não sou. É SÓ UMA QUESTÃO DE RESPEITO”
(canal Spartakus).

Proposta para reflexão

pesquise e relate este comentário com o termo “Pacto Narcísico” apresentado pela autora Cida Bento.

Comentário 7

“Fazer um comercial só com negros e centenas com brancos, mostra que o próprio boticário vê que campanhas com famílias brancas vendem mais. Sou loiro e não entendo pq um simples comercial provoca tanta felicidade em que é da raça negra” (canal Spartakus)

Comentário 8

“A maior prova que esse comercial incomodou os racistas é o fato de tanto deslikes nem precisa de comentários pra saber so de olhar os deslikes ja da pra ter uma noção do “protesto” dos racistas em relação ao comercial é só dar uma olhada no comercial do ano passado e comparar a quantidade de deslikes e os comentários que lá estão “normais” ngm falando sobre racismo, representatividade etc os racistas ficaram bem quetinhos neh apenas comentando o conteúdo do comercial porque sera ne? porque o comercial do ano passado era com brancos ngm se revoltou ngm se manifestou o mesmo era para ter acontecido aqui deveriam ter comentário sobre o conteúdo em si e nao sobre os atores essa eh a diferença que prova que houve sim “revolta” por parte dos racistas contra este comercial isso eh fato e nao ha como negar pois nunca vi um comercial gerar tanta polemica estou aqui porque vi no google e resolvi conferir de perto e claro deixar meu like o boticario esta de parabens quem nao gostou come pouco (emoji)”.

GT EDUCAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE A DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

Participantes do grupo

Francisca Fabia Maia Carvalho, Ivonéa de Jesus Santos, Janesmare Ferreira dos Reis, Kamila Manoel Silva Neves

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

A importância da formação docente sobre a Diversidade na sala de aula.



Público Alvo (idade e local)

Profissionais da Educação Básica.



Recursos necessários

Aparelhos tecnológicos (celular, computador, som). Caso não tenha, o docente poderá adaptar o material para ser impresso ou poderá construir com outro tipo de material (cartaz, embrorrachado etc.).



Linguagem

Os encontros com os educadores podem ser realizados de forma presencial. No entanto, também poderão ser adaptados ao formato remoto, mediado por plataformas virtuais como Teams, Google Meet e Zoom. Além dos conteúdos teóricos, a prática se dará em ferramentas gratuitas (ex: Wordwall, Youtube, Kahoot etc.).



Duração

Sugerimos 04 encontros com duração de 02 horas cada (presenciais ou on-line), nos quais trabalharemos, no primeiro momento dos encontros, a parte conceitual, e, no segundo momento, a criação e apresentação das ferramentas educacionais, sua dinâmica e suas finalidades.

A escola, como um espaço sociocultural, precisa ser um ambiente de acolhimento às diversidades e ensinar a importância do respeito como um elemento essencial para a formação cidadã. Por outro lado, nos últimos anos se tornou também um lugar de embates, onde os professores foram apontados como "inclusores" de uma ideologia que colocaria em risco a inocência das crianças e ameaçaria a família tradicional brasileira, tornando ainda mais desafiadora a inserção de conteúdos relacionados à pauta de direitos humanos nas salas de aula. Sabendo dessas limitações e dificuldades em trabalhar com as diferenças, é de grande importância instrumentalizar e conscientizar os educadores/as para que disponham não apenas de conhecimento teórico, mas de ferramentas que possam ampliar a discussão de temas sensíveis que compõem a diversidade.

Na atualidade, o computador e as novas tecnologias na Educação são imprescindíveis, porque fazem parte da vida das pessoas, principalmente da vida das crianças em idade escolar. A Educação não pode ficar alheia a essa realidade, mas, pelo contrário, deve fazer o uso dessas ferramentas no processo de ensino e de aprendizagem, fazendo com que as aulas se tornem prazerosas e significativas ao utilizar de meios lúdicos, como o jogo digital. Este cria um ambiente gratificante e atraente, servindo como estímulo para o desenvolvimento integral da criança. Se forem motivadores do processo de aprendizagem, os jogos digitais podem ser definidos como jogos educacionais.

Como esses assuntos são dados de forma interdisciplinar no currículo escolar, utilizaremos a gamificação para abordar esses assuntos de forma mais leve para os alunos, que estarão aprendendo de forma espontânea e, ao mesmo tempo, significativa.

OBJETIVO GERAL

Promover a capacitação de profissionais da Educação Básica para trabalhar temáticas relacionadas à diversidade através da gamificação no espaço escolar.

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Promover reflexões junto aos educadores acerca do respeito às diferenças no ambiente escolar.
- Preparar os educadores para construir aulas gamificadas com temáticas relacionadas à diversidade;
- Instrumentalizar os educadores com materiais selecionados a partir da curadoria de conteúdo.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE A DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1º DIA

Apresentação dos conteúdos a serem debatidos.

1º momento

Apresentar como serão os encontros, a programação e a importância que eles têm para a Educação. A seguir, começa-se fazendo uma breve abordagem sobre diversidade, inclusão, preconceito, discriminação e desigualdade.

2º momento

Dialogar sobre a importância de estar atento em sala de aula e citar os grupos que na maioria das vezes estão em situação de vulnerabilidade, como:

- Cor/Raça
- Gênero
- LGBTQIA+
- Pessoa com deficiência
- Refugiados
- Cultural (religiosa, regional etc.)

3º momento

Momento para debates, onde se fazem reflexões a respeito das intervenções que podemos realizar no espaço escolar e destaca-se a importância de um docente que se posiciona e não inviabiliza essas situações.

2º DIA

A utilização da gamificação nas intervenções.

1º momento

Conscientizar os educadores/as para que disponham não apenas de conhecimento teórico, mas também de ferramentas que possam ampliar a discussão de temas sensíveis que compõem a diversidade.

2º momento

Abordar a aula gamificada e como podemos utilizá-la nos nossos momentos de intervenções. Em seguida, realizar uma conversa com troca de experiências em relação ao tema dos games e sua presença no cotidiano dos alunos e apresentar as ferramentas abordadas na oficina: Exemplo: Youtube, Wordwall, Kahoot etc.

3º momento

A equipe se divide em grupos e cada um deles escolhe uma ferramenta (jogo) e um tema do encontro anterior.

4º momento

Momento para os grupos discutirem sobre como utilizar as ferramentas, relacionando-as com seu tema, e iniciar a preparação da apresentação.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE A DIVERSIDADE NA SALA DE AULA

RESULTADOS ESPERADOS

3º DIA

Oficina para criação e utilização das ferramentas

1º momento

Será retomado o segundo momento do encontro anterior sobre as ferramentas (os jogos) e iremos aprender na prática como funcionam. A turma da oficina será dividida em dois grupos e irão jogar os jogos apresentados, reservando um momento para tirar dúvidas.

2º e 3º momento

Cada grupo irá tirar dúvidas e compartilhar como está a sua organização até agora e as ideias pensadas. Trará também outros jogos que tenham trabalhado em sala de aula.

4º DIA

Apresentação das ferramentas

1º momento e 2º momento

Socialização das ferramentas que foram criadas pelas equipes, ampliando as possibilidades de se trabalhar de forma significativa e lúdica com essa temática tão necessária para a sociedade. Podem-se apresentar somente as ideias de abordagem com o jogo, ou o grupo pode aprender na própria prática de realizar os jogos.

3º momento

Encerramento da formação, onde iremos ressaltar mais uma vez a importância desse momento para que todos façam parte de uma Educação transformadora e que respeite as diferenças.

ANEXOS

VÍDEOS

Animação sobre inclusão
<https://youtu.be/Ztqaa-NWYQ8>

JOGOS

Jogo sobre Diversidade
<https://wordwall.net/pt/resource/17003261>

Jogo sobre racismo
<https://wordwall.net/pt/resource/13885292>
Kahoot: <https://kahoot.com/pt/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Naraline. **Uso de jogos educacionais no processo de ensino e de aprendizagem**. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141470> (ufrgs.br). Acesso em: 29 out. 2021.

MOREIRA, Antônio F. B.; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). **Multiculturalismo – Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008

GT TERRITÓRIO



GT TERRITÓRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante as discussões sobre os grupos de trabalho do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos - Memória e Cidadania (2021) – que, inspirado pela exposição temporária *Yona Friedman: Democracia*, do Memorial da Resistência de São Paulo, teve como tema norteador a Democracia –, tivemos o anseio de discutir e refletir com os/as participantes temas de relevância para pensarmos o que é a democracia e a quem ela serve.

Partindo dos desafios postos pelo contexto político, econômico, social e sanitário (devido à pandemia do Coronavírus), como o aumento das desigualdades sociais e da fome e a contínua exploração e degradação da natureza, procuramos englobar reflexões sobre os **direitos de acesso à moradia, ao alimento e ao meio ambiente** como temas geradores das nossas discussões. Desde a constituição de 1988, como o Brasil vem garantindo o acesso à esses direitos? Quais são os impedimentos para garantir esses direitos na sua totalidade? A quem esses impedimentos afetam?

Durante as discussões em grupo, muitas foram as vezes em que coletivamente questionamos a negligência secular do Estado, ou melhor, o propósito institucional de promover a destruição ambiental e a concentração de terras em nome de um desenvolvimento para poucos. A ação deliberada de concentrar terras faz parte da origem e da construção política do Brasil, e poucas coisas avançaram em termos de preservação ambiental, manutenção dos direitos dos povos originários e reforma agrária. Diante disso, a escolha por relacionar meio ambiente, soberania alimentar e moradia dentro do GT

TERRITÓRIO se deve fundamentalmente à necessidade de pensar a continuidade do colonialismo por outros meios, pois estas questões se mantêm intactas ao longo dos séculos no Brasil.

Dentro das três escolhas de temas, colocou-se também o papel dos movimentos sociais por terra e moradia, a ação dos povos originários na preservação de seus territórios e, ainda, como os movimentos sociais podem agir na contramão das políticas exclucentes do Estado. Usamos o exemplo do movimentos dos trabalhadores rurais (MST), que durante a pandemia fez doação de toneladas de alimentos enquanto o país voltava para o mapa da fome. Também discutimos a votação do Marco Temporal, que aconteceu durante a realização do curso, e a resistência dos povos indígenas pela garantia dos seus territórios; e por fim, a luta dos movimentos sociais por moradia nos centros urbanos.

Para falar sobre soberania alimentar, moradia e meio ambiente, questões básicas de sobrevivência e dignidade humana, precisamos primeiro traçar as violações e violências que as perpassam. A partir dessas discussões, os projetos apresentados pelos grupos do GT TERRITÓRIO aprofundaram essas temáticas e focaram em expandir esse debate de forma crítica e com abordagens e metodologias que possam atingir um público amplo.

Refletindo sobre a questão urbana e através da utilização das redes sociais, a proposta do grupo **MORADIA/TERRITÓRIO** tem o objetivo de alargar o debate sobre o direito à cidade e à moradia nas cidades a partir da arte urbana, mais especificamente o Pixo e o Grafite. A disseminação de conhecimentos e histórias de artistas

da cidade através de imagens e vídeos éposta como uma forma de propor esse debate, que muitas vezes é objeto de tensões na nossa sociedade. Além disso, a proposta ambiciona trazer a compreensão das relações envolvidas nas disputas de acesso à moradia e ao território na cidade de São Paulo.

O projeto apresentado pelo grupo **MEIO AMBIENTE** é direcionado para um público diversificado, incluindo ativistas, educadores e estudantes. Com uma perspectiva decolonial, o projeto visa expandir o alcance da voz dos povos originários através da construção de um podcast. Elaborado com e a partir do olhar dos povos indígenas brasileiros, a ideia do projeto é narrar temas relacionados às vivências e subjetividades desses povos e suas relações com o meio ambiente, criando assim uma mídia alternativa com uma abordagem que confronta o habitual em nossa sociedade.

Por fim, levando em conta a situação da fome no Brasil, o grupo **SOBERANIA ALIMENTAR** pensou em um projeto para pautar a insegurança alimentar, a fome oculta e formas de superar esses problemas, considerando principalmente o papel das mulheres negras, que, ao mesmo tempo em que são as mais afetadas por esta situação, também lideram movimentos na garantia de alimentos. Com a utilização das redes sociais, aqui também entendida como uma forma de conseguir atingir um número expressivo de pessoas, o projeto pretende servir como uma plataforma para construir uma rede de apoio aos movimentos que lutam para garantir a soberania alimentar no país.

As discussões feitas no GT Território traçaram, portanto, questões cruciais para discutir direitos humanos e democracia no Brasil. As propostas aqui apresentadas partem da conclusão de que a democracia no nosso país não tem sido o que deveria ser e tem servido a uma minoria. No entanto, buscam pautar para a sociedade o que a democracia pode ser e a quem ela deve servir.

Amanda Petraglia Nunes de Andrade
Mediadora do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos

GT TERRITÓRIO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

MORADIA/TERRITÓRIO

Participantes do grupo

Bianca de Lima Bondioli,
Grazieli Chirosse Batista, Isailton
Martins dos Santos, Leandro Dal
Farra Topal.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

- A arte urbana e a exclusão social
- O pixo como demarcação do (des)pertencimento
- Território/direitos humanos/pixação



Público Alvo (idade e local)

O projeto visa atingir todas as idades. O grupo proponente é composto por pessoas da Capital, Grande São Paulo e interior do estado de São Paulo, então as ações visam atingir essas localidades.



Recursos necessários

- Acesso à internet;
- Acesso ao aplicativo Instagram;
- Disponibilidade da equipe do projeto para manutenção e atualização do perfil no Instagram.



Linguagem

Fotos e vídeos e transmissões em redes sociais à partir do uso de ferramentas como stories do aplicativo Instagram e o street view do Google.



Duração

O projeto será elaborado e implementado ao longo de quatro semanas. A captação de imagens, vídeos, depoimentos e participações e a criação dos conteúdos será contínua durante a permanência do perfil.

No contexto das exclusões sociais nas cidades brasileiras, o pixo/graffiti/arte urbana surge como uma expressão da juventude sobre a sua exclusão de determinados espaços urbanos e demarcação da sua existência na cidade.

A questão da moradia é algo latente nos grandes centros urbanos, e o seu acesso, que deveria ser um direito garantido a todos, é restrito a determinados grupos sociais.

Nesses espaços, o acesso à moradia também está relacionado ao acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, trabalho etc. Assim, parte da população é marginalizada nas periferias das cidades, com dificuldade de acesso aos direitos acima citados.

A população que sofre com essa marginalização construiu uma forma própria de expressão através da pixação/graffiti. A proposta deste projeto, portanto, é discutir o acesso à moradia e as violências contínua e sistematicamente vivenciadas pela população jovem em razão dessas expressões.

OBJETIVO GERAL

Explorar imagens dos bairros da capital e das cidades da Grande São Paulo e do interior onde se apresentam contrastes sociais e tomar depoimentos de pessoas que vivenciam as lutas por moradia. Além disso, o projeto busca refletir sobre essa forma de expressão que gera opiniões controversas na sociedade e compreender como ela interage com as lutas pelo direito à moradia e ao território e pelos direitos humanos.

LINGUAGEM

Utilizaremos o Instagram – rede social para compartilhamento de fotos e vídeos – para realizar a transmissão de informações a respeito da arte urbana. Pelo fato de a rede social ser de acesso gratuito, popular e compatível com o público-alvo visado pelo projeto, buscaremos criar um perfil interativo onde os recursos oferecidos pelo aplicativo sejam aproveitados a fim de promover debates com os seguidores.

O foco será na postagem de stories – ferramenta no aplicativo Instagram que permite o compartilhamento de fotos e vídeos de até 15 segundos durante 24h – com caixas de perguntas, enquetes, compartilhamento de imagens, criação de vídeos e entrevistas com artistas.

Empregaremos, além disso, a ferramenta street view do Google para possibilitar de maneira remota a experiência de visitar os locais onde as expressões artísticas urbanas estão presentes.

A escolha justifica-se pela amplitude de alcance do Instagram em diversas faixas etárias e pelas possibilidades de conexão com outras plataformas e redes sociais, conforme as ações do projeto forem se ampliando, além do baixo custo para produção e para acesso.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

MORADIA/TERRITÓRIO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. Criação de link para inscrição do público-alvo;
2. Chamada para envio de materiais visuais;
3. Criação da página no Instagram;
4. Criação de um documento para ser colocado na bio com a contextualização do debate;
5. Formatação dos materiais (vídeos, fotos, depoimentos, participações)

RESULTADOS ESPERADOS

- Exposição da expressão social pixação/graffiti;
- Ampliar o debate sobre essa forma de intervenção e seus desdobramentos;
- Exposição das motivações das pessoas que se utilizam dessa manifestação artística/cultural/social;
- Sensibilização do público para as demandas de moradia e território;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILARDO, P. R. **A Pichação (tags) em São Paulo: dinâmica dos agentes e do espaço.** 2015. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FURTADO, J. R; ZANELLA, A. V. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, n. 4, p.1279-1302, dez. 2009.

SOUZA, D. C. A. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento.** Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2007. Dissertação (mestrado) – UFRJ / PPGSA / Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 2007. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

GT TERRITÓRIO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

MEIO AMBIENTE

Participantes do grupo

Letycia Bond, Matheus Filié da Silva, Rafael Gatuzzo Barbieri, Viviane Odo Valente



Tema geral

O presente projeto objetiva pesquisar, explorar, fundamentar e disseminar as vozes dos povos originários do território brasileiro a partir das óticas do eixo Território e Meio Ambiente. Através de um recorte que privilegie um cuidado adequado às perspectivas decoloniais, prevê-se a criação de um podcast que permita, conjuntamente, a seus convidados e agentes criativos uma ação autônoma frente ao programa comunicacional. É essencial ressaltar que entre os participantes e demais coautores selecionados tenciona-se escolher vozes cujos ecos não tenham se espalhado pelas grandes mídias e pequenos veículos de nicho.



Público Alvo (idade e local)

Faixa etária mista. Público geral, ativistas, comunicadores, estudantes, guias e agentes de turismo, professores, educadores.



Recursos necessários

Ambiente para gravação; Microfones; Fones de ouvido; Ilha de edição; Programa de edição; Impressão; Computadores.



Linguagem

O formato a ser utilizado é o de podcast, para que as histórias sejam contadas do ponto de vista desses povos, com suas vozes.



Duração

Período indeterminado.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Os processos de expropriação que atingem os povos indígenas no Brasil vêm desde o início da colonização europeia, quando o país ainda tinha cerca de cinco milhões de habitantes nativos. Esse processo continua atualmente¹, não mais pela condição colonial, senão pós-colonial de matriz capitalista dependente, que reproduz formas de manutenção e acumulação semelhantes às existentes nos períodos da colônia. Com isso, torna-se essencial observarmos que as ações de resistência indígena frente ao domínio de seus territórios, vivências, línguas e existências enfrentam um campo de ideologias dominantes que não permitem seu desenvolvimento, senão as abafam, ocultando-as e suprimindo-as.

Quando atingem as notícias da grande mídia, as ações dos povos indígenas são comumente representadas a partir de uma ótica de distanciamento em que ainda predominam perspectivas voltadas ao exótico, à baderna e ao incomum. Por outro lado, a população indígena também é exaltada como pertencente ao conjunto ideológico-paradigmático do "ser brasileiro", compondo a noção de uma identidade nacional supostamente integrada ao organismo estatal. Dessa maneira, abundam visões que caracterizam esses povos a partir de uma ótica do extravagante, do excêntrico, do excepcional e do surpreendente.

Frente a essa dualidade representativa que se vê nos veículos de informação, percebe-se a falta

¹ A população indígena no Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010, é de 896.917 pessoas.

OBJETIVO GERAL

de incentivos para ações que privilegiam vozes que não se encontram na mídia hegemônica. Por outro lado, tampouco se encontram na pequena mídia ações que possibilitem o protagonismo das populações indígenas enquanto produtoras de seus próprios conteúdos, pautas e suportes a partir de um intercâmbio que vise os pequenos e grandes veículos de comunicação oriundos de estruturas hegemônicas e coloniais.

Enfatiza-se, a partir destes apontamentos, que a iniciativa deste projeto prevê uma partilha e discussão fundamentada numa perspectiva do Sul Global, em que a manutenção dos moldes coloniais se encontra extremamente presente nos modelos que pressupõem certa conquista e oferta de iniciativas para a autonomia. Dessa maneira, fundamenta-se uma ação que viabilize a voz de agentes indígenas sem lhes retirar o devido protagonismo, que o projeto prioriza.

A hegemonia de uma concepção universal de dignidade humana subjacente aos direitos humanos, baseada em pressupostos ocidentais, reduz o mundo ao entendimento que o Ocidente tem dele, ignorando ou trivializando experiências culturais e políticas decisivas para o Sul Global. É o caso dos movimentos de resistência contra a opressão, marginalização e exclusão que emergem nas últimas décadas e cujas bases ideológicas pouco ou nada têm a ver com as referências culturais e políticas ocidentais dominantes ao longo do século XX e no início do século atual. Esses movimentos não formulam suas demandas em termos de direitos humanos, e, pelo contrário, frequentemente formulam-nas de acordo

com princípios que contradizem os princípios dominantes dos direitos humanos. Esses movimentos encontram-se frequentemente enraizados em identidades históricas, como é o caso dos indígenas e afrodescendentes, particularmente na América Latina, e dos movimentos camponeses na África e na Ásia. Apesar de enormes diferenças entre eles, tais movimentos têm em comum o fato de basearem-se em referências não-ocidentais e se constituírem, em grande medida, como resistência ao domínio ocidental. Ao pensamento convencional dos direitos humanos faltam instrumentos teóricos e analíticos que lhe permitam definir posições com alguma credibilidade em relação aos movimentos indígenas; pior ainda, não se considera prioritário fazê-lo. Com isso, tende-se a aplicar genericamente a mesma receita abstrata dos direitos humanos, esperando-se que a natureza das ideologias alternativas e universos simbólicos sejam reduzidos a especificidades locais sem qualquer impacto no cânones universais desses direitos.

A dicotomia ocidental natureza-sociedade esconde uma hierarquia nos termos da qual tudo o que é natural ou está mais próximo da natureza é considerado inferior, falho quanto à cultura e inválido quanto ao conhecimento. No entanto, o que a realidade recente insiste em nos mostrar é que só poderemos repensar nossa existência à medida que nos dispusermos a aprender com o conhecimento dos excluídos e oprimidos. Graças à luta das populações mais marginalizadas pelo desenvolvimento do capitalismo, emerge uma nova geração de direitos humanos centrada na ideia de que os seres não-

humanos, mas essenciais à vida dos humanos, têm direitos em nome próprio, com uma lógica específica e uma abrangência mais ampla que a dos seres humanos, sejam estes indivíduos ou coletividades.

É de especial interesse citar como exemplo deste debate o caso da notável concessão de direitos humanos ao rio Whanganui (também chamado de Te Awa Tupua), um rio sagrado para os povos indígenas maoris da Nova Zelândia, porque é considerado como um antepassado. Ao fim de 140 anos de negociações, o rio foi reconhecido pelo Estado como uma entidade viva que deve ser protegida de modo a garantir a continuidade de sua existência em plenitude.

No seu conjunto, ações como essa apontam inovações para um projeto de sociedade que segue caminhos muito diversos daqueles seguidos pelas economias capitalistas, dependentes e extrativistas. As cosmovisões alternativas privilegiam um modelo de economia social baseado numa relação harmoniosa com o meio ambiente, e a complexidade que estes outros direitos inaugura reside no fato de que mobilizam não apenas diferentes identidades, mas também novas economias.

A atribuição de direitos humanos a um rio ou o reconhecimento constitucional dos direitos da natureza constituem formas de valorização de povos e lutas cujos saberes representam exterioridades críticas aos valores eurocêntricos que se encontram na base dos direitos humanos convencionais, ao encontro de re-existências alicerçadas no território e no cosmos.

Este projeto tem como objetivo abrir um canal para a discussão e compreensão dos assuntos relacionados ao Território e ao Meio Ambiente do ponto de vista dos povos originários do território sul-americano. Através de uma abordagem contra-hegemônica ao fenômeno dos Direitos Humanos, buscar-se-á privilegiar temáticas diretamente relacionadas às perspectivas da cosmogonia dos povos indígenas e suas relações com o meio ambiente em que vivem.

Com isso, pretende-se explorar a diversidade de relações entre o ambiente, o território, a paisagem, a memória e os direitos humanos a partir da pesquisa e difusão dos trabalhos de agentes indígenas e suas ações de re-existência.

GT TERRITÓRIO

OBJETIVOS PRÁTICOS

Exposição de conteúdo pertinente às demandas dos povos indígenas através do ponto de vista dos próprios indígenas, evitando uma óptica colonialista sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. Definição e apresentação dos conteúdos a serem debatidos;
2. Rodas de conversa sobre os conteúdos apresentados;
3. Definição do formato de apresentação das reflexões;
4. Produção do material.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

MEIO AMBIENTE

NOMES SUGERIDOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PODCAST

Pessoas indígenas que são referências atuais nas lutas e mobilizações dos direitos da população indígena, como, por exemplo, Ailton Krenak, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Luiz Eloy Terena, Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Cristine Takuá, Rita Potyguara, Edite Andrade, Daiara Tukano, Casé Angatu, Denilson Baniwa e Celino Alexandre Raposo, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

GT TERRITÓRIO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE DA MULHER NEGRA

Participantes do grupo

Rodrigo Ortega Evangelista da Silva, Carolyn Amanda Ferreira da Silva, Mariana El Khoury Oliveira, Larissa da Cunha Modolo, Scarlett Giovana Borges.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

Insegurança alimentar e soberania alimentar: a centralidade da mulher negra



Público Alvo (idade e local)

Professores, estudantes universitários de diversas áreas, pesquisadores e população interessada.



Recursos necessários

- Dados disponibilizados pelo IBGE, Comissão Pastoral da Terra e organizações governamentais ou não que reúnem dados sobre alimentação no Brasil, bem como reportagens jornalísticas;
- Acesso à internet;
- Computador.



Linguagem

O projeto irá utilizar o Instagram, considerando que é uma rede social com alto poder de alcance cujo formato de publicação comporta infográficos, imagens, textos e vídeos que evidenciem o conteúdo que pretendemos divulgar.



Duração

Tempo indeterminado.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo a pandemia do novo Coronavírus, chamado de Sars-Cov-2. A escala global de transmissão do novo Coronavírus trouxe diversas consequências para as nações, e o Brasil foi diretamente afetado. A economia brasileira, que já vinha passando por diversas dificuldades nos últimos anos, se viu em uma situação ainda pior, aprofundando a desigualdade social. Com isso, a fome voltou a aumentar e atingiu níveis espantosos em 2020, com 19 milhões de brasileiros em situação de fome (segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e metade das famílias brasileiras sofrendo algum grau de dificuldade para se alimentar.

Apesar de a pandemia ter agravado a fome, a insegurança alimentar no Brasil é um problema histórico que remonta aos tempos coloniais e à concentração fundiária originada desse período. Atualmente, segundo dados da OXFAM, 1% das propriedades abrange 45% da área rural no Brasil. As principais produções agrícolas nesses latifúndios, além da pecuária, são a cana-de-açúcar, a soja e o milho, que juntos compõem aproximadamente 41,88% da exportação agrícola no Brasil, arrecadando mais de US\$ 38 bilhões de dólares, segundo o Atlas of Economic Complexity.

Por outro lado, quem de fato alimenta o Brasil é a agricultura familiar, que produz cerca de 70% dos alimentos (segundo dados do IBGE)² que chegam às mesas de quem pode adquiri-los. Como resposta à desigualdade de acesso regular ao alimento, surge

GT TERRITÓRIO

o conceito de soberania alimentar proposto pela Via Campesina em 2001.

A soberania alimentar se refere ao direito à alimentação saudável e à forma de produção desses alimentos de forma autônoma, sustentável, autossuficiente e correspondente às tradições culturais de cada região, especialmente por meio da agroecologia. Alguns movimentos em luta pela soberania que servem como exemplo e como interlocutores deste projeto são o Movimento Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, a própria Via Campesina, o Movimento de Mulheres Camponesas e a Teia dos Povos.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

OBJETIVO GERAL

Informar, através das redes sociais, sobre as condições das mulheres negras no crescente contexto de insegurança alimentar, bem como sobre o protagonismo destas na construção de territórios que garantam a soberania alimentar das populações locais.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE DA MULHER NEGRA

OBJETIVOS PRÁTICOS

Possibilitar o diálogo sobre o tema, trazendo informações necessárias para a compreensão da situação social no Brasil no que diz respeito à fome e às formas de superação dela (através do conceito de soberania alimentar); construir uma rede de apoio aos movimentos em luta pela soberania alimentar.

² Censo Agro 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

1. Levantamento de dados e bibliografia (explicitados parcialmente na contextualização do debate)

Sobre insegurança alimentar

- Dados sobre a insegurança alimentar no Brasil, tendo como base a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).
- Há diferença entre insegurança alimentar e fome?
- Dados que localizem a mulher negra nesse debate (por que é a mais vulnerável e por que é a figura de liderança em territórios que constroem a soberania alimentar?).
- Dados sobre a fome oculta (por que é importante, o que é, quem sofre com ela?).
- Dados sobre os efeitos da pandemia no aumento de pessoas em situação de insegurança alimentar/fome.

Sobre soberania alimentar

- O que é soberania alimentar e por que é importante no contexto de fome/insegurança alimentar apresentado?
- Dados sobre mulheres negras em posições de liderança de movimentos em luta pela terra, território e soberania alimentar (ex. MST, Via Campesina, MPA, MMC, Teia dos Povos)
- Possibilidades de construção da autonomia através da soberania alimentar (direito ao acesso

a alimentos saudáveis produzidos de uma forma sustentável, que garanta a autonomia e a autossuficiência) – bancos de sementes crioulas, manutenção da tradição cultural com relação à alimentação.

2. Criação do material

- Organização das informações: apresentação do problema (fome e insegurança alimentar gestadas pelo modelo econômico brasileiro com base no latifúndio e na exploração) para então apresentar possíveis soluções já em movimento (através da soberania alimentar).
- Série de imagens com infográficos que exemplificam quem tem fome no Brasil (em que estados estão localizadas essas populações, qual seu gênero, qual sua idade) e textos que descrevem o contexto que possibilita esses dados.
- Série de imagens que apresentam saídas para o problema da fome com retomada da terra e construção de territórios autônomos; a centralidade das mulheres negras nesse processo.
- Vídeos comentando reportagens de jornal sobre a fome e sobre soberania alimentar.
- Entrevistas com mulheres negras em posições de liderança nos movimentos por terra, território e soberania alimentar.
- Divulgação de eventos, atos e textos desenvolvidos pelos povos em luta.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

RESULTADOS ESPERADOS

Aumentar a exposição do tema; ser um meio de diálogo entre os povos em luta e a população interessada (como, por exemplo, professores, estudantes, militantes de movimentos sociais).

INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR INSEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE DA MULHER NEGRA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Os dados são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), em parceria com a ActionAid, Fundação Friedrich Ebert-Brasil, Instituto Ibirapitanga e Oxfam Brasil.

GT COMUNICAÇÃO



GT COMUNICAÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A comunicação é um direito fundamental e deve ser compreendida como um instrumento que garante o acesso a outros direitos, como a saúde e a educação. Inclui não somente o direito ao acesso à informação, mas também o direito de transmitir informações.

A partir desse pressuposto, o Grupo de Trabalho Comunicação teve como objetivo central trazer reflexões sobre o direito comunicacional. O GT contou com a mediação de Janaina Gallo e Andressa Caprecci, ambas educadoras formadas pela Universidade de São Paulo e mestrandas do Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes. Apesar de formações semelhantes, têm vivências na área da comunicação e educação que se complementam e ajudaram no fortalecimento do debate. Além disso, Janaina é advogada e tem uma vida toda dedicada ao trabalho e à promoção dos Direitos Humanos.

O Grupo teve como temática disparadora as reflexões de Yona Friedman – algumas de cujas obras estavam sendo expostas pelo Memorial da Resistência durante o desenvolvimento do curso – sobre comunicação e democracia. O elemento disparador das atividades e contribuições apresentadas foi, em específico, o vídeo Informação, de Yona Friedman.³

A partir da partilha do vídeo, levantamos alguns pontos para discussão em grupo, como o poder da mídia em nosso tempo, quem são os donos da mídia e como as informações circulam, bem como a questão da liberdade de expressão em contraponto ao discurso de ódio.

Para contextualizar essas reflexões, entendemos que o campo midiático ocupa um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas, contribuindo para a reflexão sobre o exercício da cidadania e da democracia. A “sociedade da informação”, para Cicilia Peruzzo, caracteriza-se como o lugar onde as relações transitam ou são mediadas pelas mídias, e pressupõe um estado de direito a essa informação, vinculado ao exercício da cidadania e à vivência da democracia. Na última década do século XX, uma nova grande mudança ocorreu com a chegada das redes cibernéticas, causando um efeito de ruptura no status quo de diversos setores, da economia às comunicações, e passando a configurar uma realidade chamada de sociedade da informação ou era da informação (PERUZZO, 2002, p. 45).

Dessa forma, a mídia pode ser entendida como um componente essencial de transmissão de valores e informações da nossa vida cotidiana, sendo capaz de influenciar a constituição dos indivíduos, propondo e impondo significados, sentidos e símbolos morais e sociais.

Para entender a mídia, é necessário entender o conglomerado que monopoliza o setor e quem controla a mídia no Brasil, ou seja, quem são as famílias que a dominam. A concentração da informação nas mãos de determinados grupos impede a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes. A concentração não é apenas econômica, mas também geográfica, com as regiões Sul e Sudeste concentrando boa parte da produção dos conteúdos midiáticos transmitidos em redes abertas de televisão.⁴

Com base nessas reflexões e constituindo um ambiente favorável à discussão, fundamentado nos preceitos da educomunicação, buscaram-se valorizar as experiências profissionais e empíricas do grupo de dezesseis participantes, alguns dos quais tinham experiência profissional em comunicação e outros, não.

A partir da discussão sobre a estreita ligação entre comunicação, democracia e direitos humanos, surgiram três subtemas para que os participantes se debruçassem e desenvolvessem roteiros de atividades educativas sobre eles: *Fake News*, Acesso à Informação e Liberdade de Expressão.

Originaram-se assim três subgrupos que desenvolveram sequências didáticas.

³ Informação ©Yona Friedman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qITxrjPAr78>. Acesso em: 12 nov. 2021.

⁴ Estudo feito pelo Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil (MOM), uma parceria do Intervozes com a Repórteres sem Fronteiras com o objetivo de aumentar a transparência da mídia brasileira, levantando dados sobre os maiores proprietários de canais de rádio, TV e sites em todo o território nacional. O estudo indicou alerta vermelho para o Brasil, visto que nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica e falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas. Foram analisados 50 veículos em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e online), pertencentes a 26 grupos de comunicação.

GT COMUNICAÇÃO

FAKE NEWS

A IDENTIFICAÇÃO E O COMBATE DAS FAKE NEWS

O grupo desenvolveu uma prática pedagógica tendo como público-alvo os estudantes do Ensino Médio. O objetivo central da prática é identificar e combater as notícias falsas. A partir da leitura de notícias falsas e verdadeiras, são trabalhados conceitos como deep fake e revisionismo histórico. Como produto final, serão produzidos vídeos e discussões sobre os produtos.

ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O grupo desenvolveu uma atividade editável e adaptável a diferentes contextos educativos. O objetivo principal é refletir sobre a qualidade da informação que consumimos e como a privação de fontes informativas influencia a construção de narrativas e pensamentos. A dinâmica consiste em um jogo de cartas que trabalha a questão da omissão e edição das informações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUAS POSSIBILIDADES A PARTIR DO CONCEITO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV)

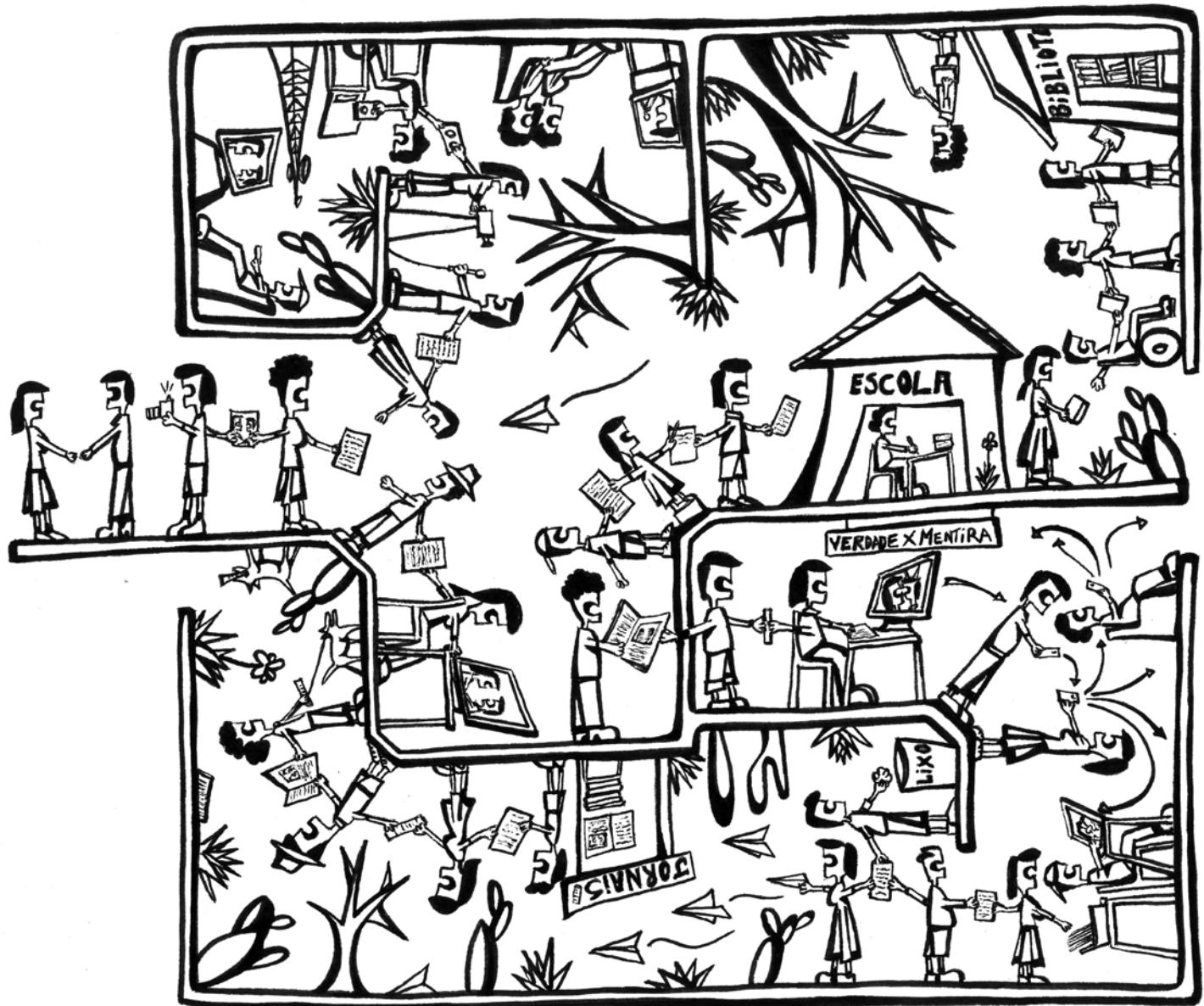
A prática proposta pelo grupo tem como produto final um almanaque colaborativo. Será tratado, ao longo dos encontros, o conceito de Comunicação Não Violenta, buscando ampliar a reflexão para fora do ambiente escolar.

A elaboração das atividades pedagógicas previu e reservou momentos para a construção e o encontro dos grupos de forma independente, mas tudo foi sempre mediado e pensado como uma questão coletiva do GT. Após a construção, houve um momento de apresentação e troca entre os subgrupos, o que favoreceu o amadurecimento acerca da comunicação como um Direito Humano.

O conjunto de atividades tem como objetivo inspirar educadores que desejam tratar da temática em diversos ambientes formativos. As ideias e reflexões emergem desse contexto educacional e visam semear a reflexão crítica sobre a comunicação.

Janaina Gallo e Andressa Caprecci
Mediadora e Educadora de Apoio
do Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos

GT COMUNICAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

FAKE NEWS A IDENTIFICAÇÃO E O COMBATE DAS FAKE NEWS

Participantes do grupo

Beatriz dos Santos Almeida, Juscilene A. de Oliveira, Manuela Joana Soares Ferreira, Nathália Aparecida Soares de Oliveira, Rodrigo Alves Caldeira

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

A identificação e o combate das *Fake News*



Público Alvo (idade e local)

Alunos do Ensino Médio (15 -18), professores e comunidade escolar de instituições de ensino público e privado.



Recursos necessários

Celular ou notebook e internet.



Linguagem

A linguagem utilizada será a audiovisual, com base em pequenos vídeos que serão produzidos para serem compartilhados através das redes sociais (como TikTok, Facebook, WhatsApp, Instagram etc.). Optou-se por esse formato pelo caráter educativo e informativo. A versão digital permite a publicação em diferentes meios, ampliando o acesso à informação pelo público-alvo, e serve de instrumento de consulta permanente, contendo os principais disparadores de conteúdos acerca do tema.



Duração

Duração prevista de uma semana ou 10 encontros.

O termo “*fake news*”, que em Português significa notícia falsa, é utilizado para caracterizar notícias fraudulentas, infundadas ou incompletas disseminadas principalmente pela internet, mas que também podem circular via televisão, rádio e jornais impressos. Nos bastidores da produção e compartilhamento de tais notícias inventadas estão indivíduos, grupos ou setores da sociedade interessados em espalhar ideias políticas, religiosas, econômicas ou de outra natureza para benefício próprio ou, ainda, para prejuízo de terceiros. Além de gerar desinformação, as *fake news* podem produzir uma visão distorcida da realidade para aqueles que as tomam como verdade. Não devemos confundir *fake news* com liberdade de expressão. As *fake news* enganam e ludibriam o leitor intencionalmente.

Embora as notícias falsas não tenham surgido no século XXI, os avanços tecnológicos recentes têm proporcionado um aumento no volume e velocidade de sua disseminação. Os impactos causados podem ser igualmente amplos.

Vivemos em uma sociedade em rede, na qual os indivíduos estão conectados de maneira global e a informação circula por meio de dispositivos digitais. Com isso, a popularização e o acesso facilitado aos meios de comunicação têm colaborado para que as *fake news* ganhem forma e formato.

Dentro do cenário de *fake news* encontramos alguns outros termos relacionados. Um deles é *deepfake*, que significa fake (falso) + deep (aproximado): técnica que, na linguagem dos computadores, realiza vídeos (e imagens em movimento) falsos com base em padrões. O *deepfake* é utilizado para criar vídeos falsos com

GT COMUNICAÇÃO

aspecto ultrarealista. Pode ser usado, por exemplo, para pôr a imagem de pessoas em situações que nunca existiram. O algoritmo que cria os *deepfakes* usa inteligência artificial para a manipulação de imagens (principalmente de rostos) e execução de movimentos (para simular expressões e vozes).

Além disso, há o revisionismo histórico. É o ato de reanalisar teorias e fatos históricos, um método utilizado de maneira rigorosa e responsável por historiadores e historiadoras. Infelizmente, esse método está sendo usado perigosamente por pessoas não qualificadas para alterar informações dos fatos históricos de acordo com seus interesses particulares. Esses interesses geralmente são políticos e ideológicos.

Para evitar distorções e falsificações históricas, é importante sempre estar atento sobre a fonte da informação: verificar se quem escreveu ou falou a informação histórica tem legitimidade na área histórica. Além disso, é importante buscar mais de duas fontes de informação para comparar as informações junto com as fontes.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

OBJETIVO GERAL

- Usar a comunicação como prática de ensino, se apropriando da interdisciplinaridade presente na sala de aula em prol da compreensão e do debate sobre a realidade.
- Contribuir para a formação de sujeitos críticos capazes de realizar intervenções no mundo editado.
- Informar de maneira sucinta e objetiva sobre as diferenças entre as atuais formas de disseminação de notícias falsas e auxiliar o público-alvo com ferramentas para identificação desses temas, bem como apresentar a legislação vigente sobre o assunto.

FAKE NEWS A IDENTIFICAÇÃO E O COMBATE DAS FAKE NEWS

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Desenvolver conteúdos que colaboram para o esclarecimento e a orientação de outras pessoas a respeito das informações que recebemos e compartilhamos diariamente, seja por meio de aparelhos, seja pelo tradicional boca a boca.
- Conceituar os diferentes mecanismos de manipulação da informação e fornecer orientações de prevenção.

GT COMUNICAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

Primeiro Momento

O professor fará uma seleção de notícias falsas e verdadeiras, utilizando sites como UOL e Sensacionalista para escolher as reportagens a serem discutidas em sala. Assim, promoverá a leitura e a discussão sobre o que cada aluno pensa sobre o fato noticiado, como ele pode ser classificado e as características que se podem considerar importantes para distingui-los.

Após a discussão entre os estudantes, o professor compartilhará com todos o que foi levantado e outra roda de conversa ocorrerá, desta vez com o objetivo de criar outro material a ser compartilhado para além da sala de aula. Este processo será uma troca entre pares: os professores serão os mediadores do processo e os alunos serão os produtores dos materiais.

Segundo momento

A turma será dividida em grupos de cinco a oito alunos. Cada grupo produzirá dois vídeos curtos sobre uma notícia, um fake e outro não fake, tendo como base os conceitos de revisionismo histórico e de deep fake. Para isso, terão que levar em consideração os pontos levantados pela sala a respeito das notícias falsas, enfatizando seus aspectos relevantes para que o espectador possa distingui-las.

Lembrando que, para a realização dessa etapa, serão necessárias a leitura prévia e a pesquisa/levantamento de dados. O professor poderá ajudar nesta etapa, indicando leituras e sites confiáveis.

Terceiro momento

Os grupos compartilharão suas produções em uma mostra para a comunidade escolar e os professores, promovendo, assim, a discussão. A seleção de fatos e temas para a elaboração dos vídeos finais que serão postados nas redes abordará de maneira mais ampla como a população em geral pode identificar esse material e agir ao se deparar com ele. Lembrando que o material deve ser formulado de modo que possa ser veiculado nas redes sociais TikTok, Kawai, Instagram, Facebook e WhatsApp.

Obs.: É importante atentar para a questão da autorização de imagem, elaborando documentos e entrando em acordo com os responsáveis.

Sugestões de divisão dos encontros:

- **Encontro 1:** Acolhimento dos alunos, apresentação pessoal e combinados pedagógicos.
- **Encontro 2:** Apresentação do projeto e roda de conversa.
- **Encontro 3:** Roda de conversa e compartilhamento das ideias.
- **Encontros 4-5-6:** Produção audiovisual: Coleta de material e edição.
- **Encontros 7-8:** Finalização dos trabalhos e organização da exposição para a comunidade escolar.
- **Encontro 9:** Apresentação.
- **Encontro 10:** Ajustes finais, divulgação nas redes e finalização do projeto.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

RESULTADOS ESPERADOS

- Os resultados esperados desta atividade pedagógica são, para além da discussão em grupo, promover o respeito à opinião do outro, a reflexão sobre o assunto e a transformação social, usando o conhecimento para lidar com as informações veiculadas pelas mídias. Estimular o trabalho conjunto e a educação entre pares como exercício prático de um ambiente democrático e respeitoso.
- Trabalho interdisciplinar, envolvendo várias habilidades e áreas do conhecimento, como por exemplo gramática, interpretação de texto e matemática, entre outras.

FAKE NEWS A IDENTIFICAÇÃO E O COMBATE DAS FAKE NEWS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade - A Nova Guerra contra os Fatos em Tempos de Fake News.** Faro Editorial (Interaja).

GT COMUNICAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Participantes do grupo

Carolina Faustini Junqueira, Matheus Bueno Valle Machado, Otávio Bonfá, Sabrina Denise Ribeiro, André Rosa (intérprete de libras), Emanuelle (intérprete de libras)

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

Acesso à informação e participação social



Público Alvo (idade e local)

A atividade foi pensada para ser adaptável a diferentes situações, a partir da complexificação da dinâmica e dos meios disponíveis para transmitir a ideia pretendida. Pode ser trabalhada com crianças e adultos em qualquer espaço educacional, seja este virtual ou presencial.



Recursos necessários

Um grupo de no mínimo duas pessoas, papel e caneta/tinta para as fichas escritas/desenhasadas, uma pessoa que tenha domínio de libras para a ficha em libras (seja ela em vídeo ou presencial), um número de mediadores para conduzir a atividade que suporte o número de grupos formados.



Linguagem

Pretende-se utilizar diversos formatos e dispositivos para discutir acesso e informação, como textos impressos, imagens, oralização e interpretação em libras, trazendo a questão da comunicação entre participantes também como questão do processo social democrático.



Duração

A dinâmica pode ser feita de forma bem rápida, durando entre 5 a 10 minutos cada momento dentro dos grupos, com 1 a 2 minutos para as apresentações entre os grupos, e reservando um tempo maior para o debate e a roda de conversa. A atividade pode ser estendida com o acréscimo de novos momentos e debates sobre fontes de informação ou acessibilidade.

Em um mundo hiperconectado, o debate sobre o acesso à informação tem sido parte cada vez mais importante dos processos sociais e democráticos. Apesar de termos informações em um volume cada vez maior, como garantir que essas informações sejam acessíveis para todos? Como assegurar que a informação que chega até nós seja confiável, completa e transparente? Partindo deste contexto, procuramos provocar uma reflexão crítica acerca dos meios de comunicação e das informações que recebemos cotidianamente nas mais diversas linguagens e mídias. Nesse sentido, o debate que propomos aborda desde questões de formato até limitações como acessibilidade, censura e manipulação de conteúdos. Buscamos provocar o questionamento sobre a qualidade informacional, sobre a (im)possibilidade de acessar fontes diversas e de que forma a limitação ou censura de conteúdos influenciam a construção de discursos.

GT COMUNICAÇÃO

OBJETIVO GERAL

A atividade busca debater o acesso à informação e os processos democráticos de participação coletiva, questionando tanto os meios de acesso quanto a qualidade da informação. A dinâmica visa à reflexão sobre quais informações são acessíveis, as formas de se comunicar uma mensagem, quais mensagens recebemos e de que forma as interpretamos e as utilizamos para fins de construção coletiva e social.

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Gerar comunicação entre os membros do grupo para que, após receberem as informações, tenham capacidade de apresentá-las ao(s) outro(s) grupo(s), criando uma discussão sobre o objeto a ser apresentado e o método de apresentação, percebendo a importância da troca de informações;
- Criar a percepção de que eles não possuem controle sobre a informação que recebem, em seu formato, integralidade e duração de exposição, criando verossimilhança com a lembrança de situações vividas cotidianamente no acesso à informação;
- Refletir sobre os efeitos da interpretação de informações sobre o discurso social coletivo, bem como os mecanismos de comunicação empregados para a manipulação e a influência de ideias e suas consequências para a democracia;
- Promover uma discussão final sobre como a atividade reflete aspectos da comunicação e do acesso à informação na sociedade atual, criando paralelos com nosso dia-a-dia.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

Preparação preliminar

A atividade requer o preparo preliminar do material. Para isso, é necessário definir o conteúdo e o formato das cartas do jogo. Ao final deste documento, em anexo, você encontra exemplos.

- Inicialmente, pensando em uma divisão entre dois grupos, será necessário definir dois objetos (personalidade, cena, evento ou objeto) para quatro momentos de apresentação diferentes (sendo dois para cada grupo);
- A ideia é que a forma do material permite discutir as questões levantadas, no que diz respeito tanto à qualidade do conteúdo quanto à forma da linguagem.

Momento do jogo

Realização da atividade

- Explicação da dinâmica, objetivo do jogo e divisão dos grupos;
- 1. **Momento 1:** cada grupo recebe uma carta com informações complementares sobre um mesmo tema (personalidade). Para o debate de fontes de informação:
 - Grupo A) recebe uma ficha escrita com informações da carreira de uma personalidade;
 - Grupo B) recebe uma ficha com imagens da fisionomia e momentos pessoais dessa mesma personalidade;

GT COMUNICAÇÃO

RESULTADOS ESPERADOS

Sensibilização dos participantes para as questões de acessibilidade e de informação no mundo hiperconectado; debate sobre os meios de acesso à informação na sociedade em que vivemos; possibilidade de registro da dinâmica em relatos gravados (áudio, vídeo, texto) e convite para produção de reflexões posteriores; iniciação dos participantes nos temas de comunicação, acessibilidade, direito à informação, transparência e democracia.

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

FONTES

⁵ Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conce%C3%A7%C3%A3o_Evaristo#:~:text=Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%20de%20Brito%20\(Belo%20Horizonte%2C%2029%20de,%2C%20romance%2C%20conto%20e%20ensaio.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conce%C3%A7%C3%A3o_Evaristo#:~:text=Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%20de%20Brito%20(Belo%20Horizonte%2C%2029%20de,%2C%20romance%2C%20conto%20e%20ensaio.)

⁶ Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/artistas/gilberto-gil/>

⁷ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Gil#:~:text=Gilberto%20Passos%20Gil%20Moreira%20GCIH,Grammy%20Latino%20e%20galardoado%20pelo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008.

MICHENER, Greg. Liberdade de Informação: uma Síntese dos Dilemas de Conformidade e suas Possíveis Soluções. In: **Leis de Acesso à Informação: dilemas da implementação**. Estudos em Liberdade de Informação. São Paulo: Artigo 19, 2011

ANEXOS

Momento 1 (Personalidade escolhida: Conceição Evaristo)

Grupo A)

Nascida em 1946 em Belo Horizonte, é uma linguista, escritora e pesquisadora-docente universitária brasileira. É uma das mais influentes literatas do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio. Como pesquisadora-docente, seus trabalhos enfocam a literatura comparada.

Suas obras, em especial o romance Ponciá Vicêncio, de 2003, abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe. Seu primeiro romance, Ponciá Vicêncio foi tema de pesquisa acadêmica pela primeira vez, no Brasil, em 2007. A obra foi traduzida para o inglês e publicada nos Estados Unidos nesse mesmo ano. No dia 18 de junho de 2018, Conceição Evaristo oficializou sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, entregando a carta de autoapresentação para concorrer à cadeira de número 7, originalmente ocupada por Castro Alves. Segundo o Portal da Literatura Afro-Brasileira, a autora escreveu na carta: "Assinalo o meu desejo e minha disposição de diálogo e espero por essa oportunidade".⁵

GRUPO B)

Procurar imagens da personalidade Conceição Evaristo para fazer as fichas.

Momento 2 (Personalidade escolhida: Gilberto Gil)

Grupo A)

Quarenta anos antes de virar ministro da Cultura, em 2003, o baiano **Gilberto Gil** fazia jingles, cursava Administração de Empresas na Universidade da Bahia e lançava seu primeiro disco, **um compacto duplo, por uma gravadora pequena de Salvador**. Naquele mesmo ano de **1963**, conheceu um estudante de Filosofia da mesma universidade **chamado Caetano Veloso**. Surgia ali a semente da mais importante revolução musical registrada no **regime militar**, o **movimento tropicalista**, liderado pelos dois a partir de **1968**.

Antes disso, **em 1965**, Gil mudara-se para São Paulo para trabalhar na Gessy Lever (hoje Unilever) — um emprego “carença”, com direito a **pastinha 007** — e emplacara um compacto simples pela RCA **Victor**, com “**Procissão**” e “**Roda**”. Já no ano seguinte, começou a fazer sucesso na TV, como convidado do programa **O Fino da Bossa**, apresentado por Jair Rodrigues e Elis Regina.

Mas foi em 1967 que tudo virou do avesso. Na edição daquele ano do festival, **o próprio Gil defendeu uma composição sua**, “**Domingo no Parque**”. Enquanto muitos tentavam banir as guitarras elétricas da música brasileira, como ele mesmo havia defendido meses antes, numa manifestação em São Paulo,

Mostrou uma canção fragmentada, **num arranjo** que misturava toques de capoeira a instrumentos distorcidos, diferente de tudo o que se ouvia. As duas seriam classificadas em segundo e quarto lugar,

respectivamente, e lançariam os pilares do movimento tropicalista, **inaugurado em 1968 com o disco Tropicália**. O movimento tinha o propósito de ampliar os horizontes da música brasileira, transpondo a patrulha da música **engajada e incorporando elementos difusos (e libertários)** do pop-rock, do cantor regional brasileiro, da cultura brega, da **sociedade de consumo**.

Duas semanas após o **Ato Institucional N° 5 (AI-5)**, em 27 de dezembro de 68, **Gil** foi preso junto com Caetano Liberados na quarta-feira de cinzas de 1969, os dois partiram em julho para o exílio em Londres. Ao longo da década de 1970, **Gil** combinaria o legado da **Tropicália** a **inspirações esotéricas**, flirting também com a poesia concreta e com a música regional nordestina, e gravaria discos do **pote de Refazenda, Refavela e Refestança** (este em conjunto com Rita Lee). Foi preso por porte de maconha e, em diversas ocasiões, registrou em versos seu apoio à legalização de drogas, **quase sempre disfarçado em títulos como “Barato Total”, “The Three Mushrooms” e “Abra o Olho”**.

Entre as músicas com evidente cunho político, destacam-se “**Refazenda**” (“Abacateiro / acataremos teu ato”), a canção pré-exílio “**Aquele Abraço**”, e a **rebelde “Cálice”**, parceria com Chico Buarque: “**Como é difícil acordar calado / se na calada da noite eu me dano / quero lançar um grito desumano / que é uma maneira de ser escutado (cale-se!)**”. Também marcou posição ao soletrar as palavras Brasil, Fuzil e Canhão em “**Miserere Nobis**” (1968), e ao gritar, discretamente, “**Ma-Ma-Marighella!**” na música “**Alfômega**”, gravada no disco de Caetano de 1969.⁶

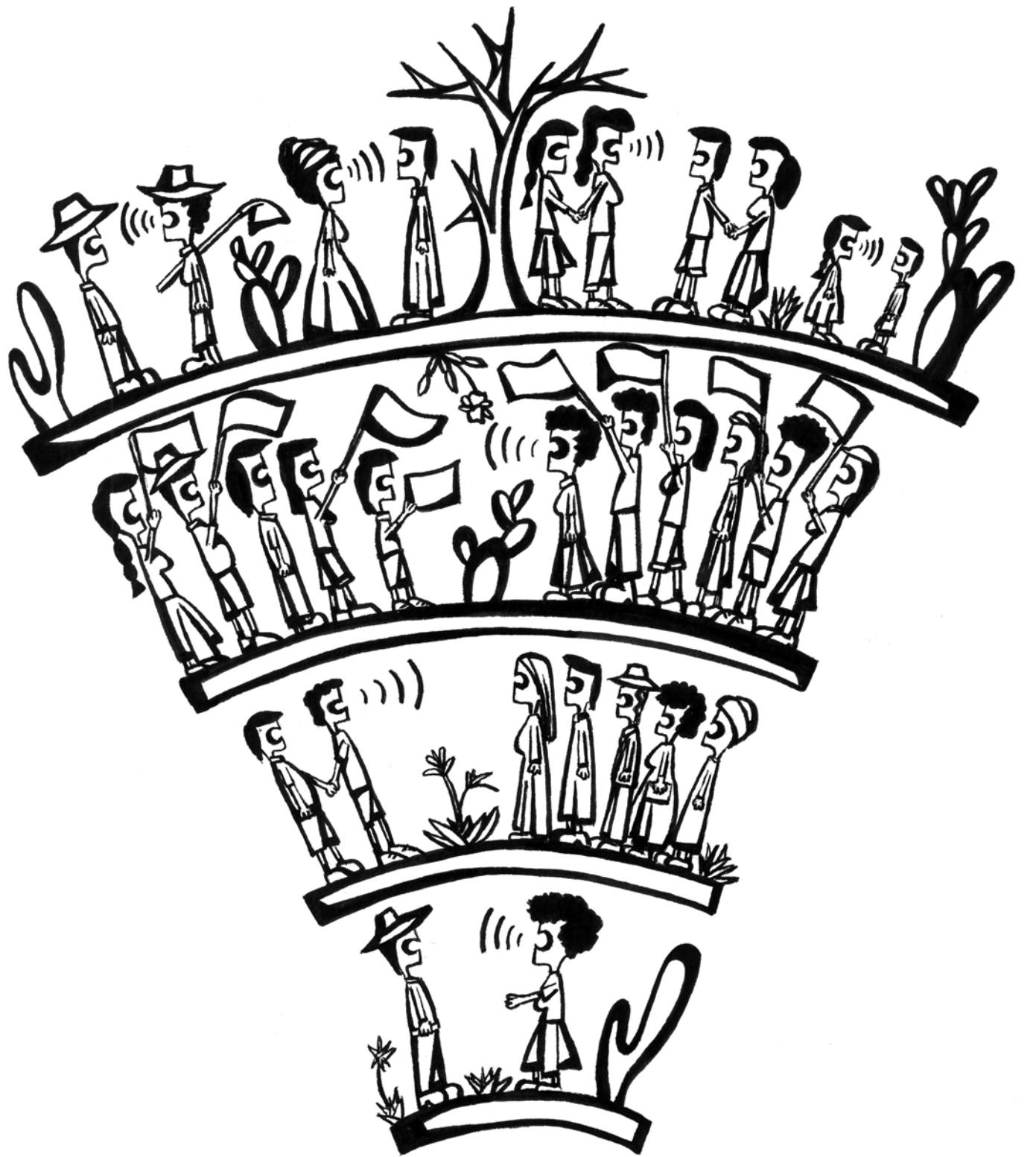
Grupo B) (A ser apresentada em libras para os participantes)

Nascido em Salvador, na data de 26 de junho de 1942, é um cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical e político brasileiro, conhecido por sua contribuição à música brasileira e por ser vencedor de prêmios Grammy Awards, Grammy Latino e galardoado pelo governo francês com a Ordem Nacional do Mérito (1997). Em 1999, foi nomeado “Artista pela Paz” pela UNESCO.

Foi também embaixador da ONU para a agricultura e a alimentação, vereador por Salvador e posteriormente ministro da Cultura do Brasil, entre 2003 e 2008. Em mais de cinquenta álbuns lançados, incorpora a gama eclética de suas influências, incluindo rock, gêneros tipicamente brasileiros, música africana, funk, música disco e reggae.

São ao todo quase 60 discos e em torno de 4 milhões de cópias vendidas, tendo sido premiado com 9 Grammys. Entre ips, cds e dvds, como **Expresso 2222, Refazenda, Viramundo, Refavela, Realce, UmBandaUm, Dia Dorim, Raça Humana, Unplugged MTV, Quanta, Eu Tu Eles, Kaya N'Gandaya, Banda Dois, Fé na Festa, Concerto de Cordas e Máquinas de Ritmo com Orquestra**, entre tantos outros, criou uma vasta e abrangente obra musical e audiovisual. Um Embaixador musical único, movido pela convicção cultural.⁷

GT COMUNICAÇÃO



PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUAS POSSIBILIDADES A PARTIR DO CONCEITO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV)

Participantes do grupo

Àlábíyí Pereira (José Emanuel Sebastião da Silva Pereira), Bárbara Yanara da Silva, Dartagman Leite Alves, Felipe Mendes de Souza

CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE



Tema geral

Educação em Direitos Humanos e suas possibilidades a partir do conceito da Comunicação Não violenta (CNV).

Público Alvo (idade e local)

- Crianças e adolescentes do Ensino fundamental I e II (Infanto-juvenil);
- Escolas, Terceiro Setor e Demais interessados.

Recursos Necessários

São necessários materiais gráficos em geral (digitais e impressos) e programa de criação de QR Code do Almanaque, com recursos de audiodescrição e LIBRAS.

Para presencial: papéis, cartolina, recortes de revistas e/ ou jornais e canetas.

Para a realização à distância: Ferramentas possíveis para interação virtual. Com a utilização de programas como Power Point e Word, com links para redirecionamento para página web.

Linguagem

Entendendo "A construção de um almanaque" como um exercício reflexivo-pedagógico sobre os princípios norteadores para a prática de uma democracia possível, num ato de comunicação não violenta (CNV) que visa à mediação dos conflitos inerentes ao seu próprio exercício, propõe-se, a priori, a elaboração de uma produção textual com a participação de seus autores e editores. O almanaque é entendido como uma produção coletiva, onde os envolvidos são convocados a expressarem seus saberes e fazeres dentro de um espaço comum.

Duração

Quatro ou mais encontros para cada etapa, podendo ser estendida conforme a necessidade. Considera-se cada encontro uma hora/aula. Os profissionais que realizarão a tutoria deliberarão entre si sobre a concessão do tempo necessário.

Os Direitos humanos constituem-se a partir de normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Sendo assim, regem os modos de vivência dos seres humanos entre si e socialmente, regulados a partir do Estado e das obrigações deste com os seus cidadãos.

São garantidos por princípios, sendo eles: universalidade e inalienabilidade; indivisibilidade; interdependência e inter-relação; igualdade e não discriminação; participação e inclusão; responsabilidade e Estado de Direito.

Por ter um estatuto regulatório, a Declaração Universal do Direitos Humanos, como garantia da não violação da integridade e dos direitos da pessoa, funciona além de seus caracteres burocráticos e legislativos.

No Brasil, temos a Constituição Federal de 1988, chamada "Constituição Cidadã", como formalização das garantias sociais e da expressão dos direitos e deveres do povo brasileiro a partir do exercício democrático de direitos. Sob este ponto de vista, o exercício democrático incide na liberdade de expressão. Contudo, mediante a atual conjuntura, podemos nos questionar sobre até que ponto a liberdade de expressão é ou está sendo garantida.

O tema "Educação em Direitos Humanos e suas possibilidades a partir do conceito da Comunicação Não violenta (CNV)" foi escolhido por compreender-se a urgência em debater sobre o fato de que o regime democrático e sua expressão no Brasil atual estão sendo atacados por ideologias que flertam com o autoritarismo e suas práticas de poder.

GT COMUNICAÇÃO

Por um lado, são preocupantes os discursos de ódio e intolerância liderados por representantes do governo atual: as “vociferações”, conceito criado por Dias (2020) a partir de seu ensaio sobre “O Discurso da Estupidez”:

As vociferações se referem aos gritos marcados pelo ódio, cujo fundamento é a recusa do diálogo, impedindo escutar aquele a quem se dirigem as palavras.

Sendo assim, a potência do ódio não pode ser reduzida em virtude de não contar com uma palavra diferenciadora.” (p.23, 2020).

Abriu-se espaço, assim, para ameaças de ruptura institucional e desmonte das políticas públicas, recobertas por comunicações agressivas e blindadas por negociações. Salientamos que os chefes de Estado, mediante deliberação da CF/88, têm o dever de garantir o sistema de proteção de seus cidadãos e o cumprimento das leis que regem a sociedade.

No outro extremo, há os mobilizadores e aliados na defesa dos direitos humanos em diferentes frentes de batalha, que encontram grandes barreiras comunicacionais, além da distorção de conceitos em relação à liberdade de expressão. Tais expressões contrárias à dignidade humana esbarram na falta de vontade de negociação de acordos, no poder de fala e escuta e na democratização, entre tantos outros fatores.

A partir deste cenário, o Brasil e o mundo passam por um momento político de polarização, carregado de motivações emocionais, onde o ponto de vista individual, baseado em ataques verbais agressivos,

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUAS POSSIBILIDADES A PARTIR DO CONCEITO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV)

OBJETIVO GERAL

Discutir e vivenciar princípios da Comunicação Não Violenta com o grupo escolhido. Como resultado do processo, objetiva-se criar um almanaque (digital e/ou físico), utilizando recursos gráficos e outras linguagens para dar expressão e garantir o respeito à diversidade de vozes.

é considerado o único legítimo, o que acaba ocasionando divergências insustentáveis e levando a impulsos não construtivos dentro do próprio jogo de tensões democráticas.

O projeto "Educação em Direitos Humanos e suas possibilidades a partir do conceito da Comunicação Não violenta (CNV)" busca ampliar os debates em torno da alteridade, relacionando-se com a importância de respeitar os diferentes saberes através da mediação de conflitos. Esse é o eixo norteador deste projeto, levando em conta seu público-alvo, suas realidades e seus territórios de ocupação. Com a ferramenta pedagógica aplicada, pretende-se melhorar o processo comunicativo dos sujeitos envolvidos em discussões sobre liberdade de expressão. De acordo com Barter (2019) em reportagem à revista Exame, "para viver em democracia, é preciso fazer as pazes com o conflito".

Palavras-chave: #democracia #liberdadedeexpressao #comunicacaonaoviolenta #grupossociais #direitoshumanos

OBJETIVOS PRÁTICOS

- Introduzir as reflexões sobre comunicação não violenta no cotidiano infanto-juvenil;
- Ampliar, a partir das diversas redes sociais, as discussões sobre EDH (educação em direitos humanos) e CNV;
- Fomentar maiores debates e reflexões sobre a promoção da CNV na escola e fora dela;

GT COMUNICAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PASSO A PASSO) SUGESTÕES

Etapas

1. Contextualização: motivações para se pensar em democracia, direitos humanos e práticas de comunicação não violenta. (Aprender a pesquisar a produção de um discurso para um texto coletivo);
2. Pesquisa de eixos norteadores e práticas possíveis. (Delimitação das temáticas);
3. Divisão dos grupos – a sala de aula poderá ser dividida em grupos de 4 a 6 participantes, sendo cada grupo responsável pela construção do seu portfólio a partir de tarefas específicas, como:
 - A - Pesquisa, discussão, elaboração e processo editorial;
 - B - Produção gráfica: produção de cartas e/ou materiais a partir da pesquisa, conteúdo, elaboração e questionamento da pesquisa realizada em Direitos Humanos, democracia e comunicação não violenta;
 - C - Proposição do modo de execução: o grupo decidirá, a partir dos conteúdos da pesquisa, a viabilidade de sua aplicação a um "jogo editorial";
 - D - Análise, tabulação e discussão dos resultados
4. Discussão e elaboração de materiais contendo reflexões sobre o que vai ser dito, para quem será falado e como será a descrição. (Desde o projeto físico e/ou digital à sua execução final).

RESULTADOS ESPERADOS

PROPOSTAS DOS SUBGRUPOS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUAS POSSIBILIDADES A PARTIR DO CONCEITO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dias, Mauro Mendes. **O Discurso da Estupidez**. São Paulo: Iluminuras, 2020.

Jogo da comunicação (Espaço de Leitura/ Instituto Poiesis); UNICEF. **O que são os direitos humanos?** 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20s%C3%A3o%20normas,tem%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20eles>. Acesso em: 03 set. 2021

Shapiro, Daniel. **Negociando o Inegociável**. Editora Globo, 2021. Disponível em: <https://exame.com.brasil/dominic-barter-para-viver-em-democracia-e-preciso-fazer-as-pazes-com-o-conflito/>. Acesso em: 03 set. 2021.

SOBRE OS EDUCADORES

Aléxia Sayuri Hino

Bacharela e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, (FFLCH-USP), realizou iniciação científica com enfoque no Brasil contemporâneo e na área cultural, pesquisando sobre a ditadura militar e as exposições do MAC-USP. É educadora em espaços museológicos e culturais e atualmente integra, na qualidade de educadora, a equipe do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo.

Amanda Petraglia Nunes de Andrade

Bacharela em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trabalha desde 2018 como assistente do Programa de Políticas Educacionais do Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas, onde colabora para o desenvolvimento do projeto Cidadania e democracia desde a escola, realizado no Brasil. Durante a graduação realizou estágio na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, especificamente no setor de Coordenação da Educação em Direitos Humanos, onde colaborou para o desenvolvimento de projetos e políticas de promoção da educação em direitos humanos para a cidade de São Paulo. Atuou como assistente e mediadora das 5^a e 6^a edições do Curso Intensivo Anual de Educação em Direitos Humanos: Memória e Cidadania para Educadores, organizado pelo Memorial da Resistência de São Paulo. Durante a graduação, foi selecionada para participar de um grupo de trabalho financiado pelo governo brasileiro para discutir e pesquisar temas relacionados aos direitos humanos e à violência sob o ponto de vista da segurança interna e internacional. Além disso, esteve envolvida com diversos outros grupos da sociedade civil e iniciativas de promoção dos direitos humanos no Brasil.

Ana Carolina Ramella Rey Ammon

Bacharela e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Mestre pela linha de pesquisa de Museu, Patrimônio e Educação do programa de pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; educadora no Memorial da Resistência de São Paulo.

Andressa da Cruz Caprecci

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ ECA/ USP). Licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2019). Aluna de mobilidade internacional junto à Universidade de Coimbra, Portugal (2016-2017). Atualmente trabalha como facilitadora e orientadora dos cursos de graduação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Atua nas áreas de comunicação, educação, educomunicação e direitos humanos.

Aureli Alves de Alcântara

Bacharela e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Especialista em Museologia pelo Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Atuou no âmbito da pesquisa, salvaguarda e comunicação museológica em diversas instituições culturais e museológicas, tais como o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e o Teatro Municipal de São Paulo. É articuladora regional (SP) da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e desde 2015 coordena o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo.

Celso Francisco do Ó

Doutorando e Mestre em Educação pelo programa de Educação Escolar da Unesp Araraquara. Professor de Sociologia na Educação Básica de São Paulo e sociólogo. Formado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e em Pedagogia pelo NEaD/Unesp, além de formado no curso lato sensu de História, Sociedade e Cultura pelo COGEAE/PUC-SP (2014). Atua como técnico do Centro de Avaliação e Certificação (CEAC) da Escola de Formação dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE) e também como formador na área de educação, abordando temas como planejamento escolar, ação docente e educação em Direitos Humanos. Atuou como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) de 2012 a 2017 na Diretoria de Ensino Região Sul 1 (DER Sul 1), órgão descentralizado da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP).

Daniel Augusto Bertho Gonzales

Graduado e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Foi o educador responsável pelo Programa de Inclusão do Museu da Casa Brasileira. Atualmente é o educador responsável pelo projeto de acessibilidade "Memorial ParaTodos", do Memorial da Resistência de São Paulo. Finalista na categoria governamental do Prêmio Ações Inclusivas da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo nos anos de 2017 e 2018. Vencedor do Prêmio Novos Olhares MIS/SP em 2017. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa de Acessibilidade em Museus (Gepam) coordenado pela Doutora Viviane Panelli Sarraf. Atua na área de educação inclusiva em museus desde 2008.

Heloísa Almeida Prado

Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bacharel e licenciada em Pedagogia pelo Instituto Singularidades. Durante a primeira graduação, estagiou na Fundação Geniantis, no quadro do Movimento Prosseguir, em 2017. Atuou com grêmios estudantis de escolas da Diretoria de Ensino da Região Sul 2 na cidade de São Paulo, desenvolvendo com os alunos projetos de prevenção do abandono escolar. Trabalhou como professora de inglês na escola de línguas Yázigi entre os anos de 2018 e 2019 e como assistente de sala na Escola Móbile de 2020 a 2022.

Janaina Gallo

Janaina Soares Gallo é licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), advogada e mestranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Foi coordenadora-adjunta de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo. Foi consultora pedagógica no Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação – AIPR, durante a fase de implementação do projeto "Cidadania e democracia desde a Escola". Atualmente, atua como formadora do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e como articuladora e educadora social no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo.

Marcus Vinicius Freitas Alves

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo, atualmente é educador no Memorial da Resistência de São Paulo já tendo atuado também no Museu do Futebol e como educador social na Fundação Projeto Travessia.

Renan Ribeiro Beltrame

Bacharel e Licenciado em História, Pós-graduado em Ciências Sociais, ambos os cursos conferidos pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA), e Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Atuou por mais de dez anos como Educador em Instituições Museológicas, a exemplo do Memorial do Imigrante (atual Museu da Imigração) e do Memorial da Resistência de São Paulo. Atualmente é professor de História, Sociologia e Filosofia na rede de escolas particulares e continua a colaborar com atividades realizadas por Museus e Memoriais, tratando de temas ligados à implementação e ao desenvolvimento dos Direitos Humanos no Brasil.

Talita Alves de Souza

Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente integra a equipe de coordenação de um projeto socioambiental do Instituto Sociedade População e Natureza (ISPNA) em duas comunidades tradicionais de Piatã (Bahia).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RODRIGO GARCIA
Governador do Estado de São Paulo

SÉRGIO SÁ LEITÃO
Secretário do Estado de Cultura e Economia Criativa

CLÁUDIA PEDROZO
Secretaria Executiva do Estado de Cultura e Economia Criativa

FREDERICO MASCARENHAS
Chefe de Gabinete do Estado de Cultura e Economia Criativa

Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo
Carla Gibertoni Carneiro, Lauro Pereira Ávila, Paulo Vannuchi, Renan Honório Quinalha

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA

Diretor-geral
Jochen Volz

Diretor administrativo e financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de relações institucionais
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO**Coordenadora**

Ana Pato

Coordenadora da Ação Educativa

Aureli Alves de Alcantara

Educadores

Alexia Sayuri Hino, Ana Carolina Ramella Rey Ammon, Daniel Augusto Bertho Gonzales, Guilherme Bertolino Nunes, Marcus Vinicius Freitas Alves

Centro de Referência

Caio Vargas Jatene e Julia Cerqueira Gumieri

Ação Cultural

Carolina Faustini Junqueira

Comunicação

Bruna Caetano de Deus
Daniela Campos (estagiária)

CURSO INTENSIVO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – MEMÓRIA E CIDADANIA 2021**Coordenação**

Aureli Alves de Alcantara

Assistentes de Coordenação

Janaína Soares Gallo
Amanda Petraglia Nunes de Andrade

Comissão de Apoio

Amanda Petraglia Nunes de Andrade
Janaína Soares Gallo
Oswaldo Oliveira Santos Júnior
Renan Ribeiro Beltrame

Mediadores

Amanda Petraglia Nunes de Andrade
Celso Francisco do Ó
Janaína Soares Gallo
Renan Ribeiro Beltrame

Educadores/Apoio

Andressa Caprecci
Alexia Sayuri Hino
Ana Carolina Ramella Rey Ammon
Daniel Augusto Bertho Gonzales
Heloisa Almeida Prado
Marcus Vinicius Freitas Alves
Talita Alves de Souza

CADERNO DE EXPERIÊNCIAS

Coordenação Editorial
Aureli Alves de Alcantara

Projeto Gráfico
Tamara Lichtenstein
Yugo Borges (assistente)

Ilustração
João Galera

Revisão
Marcelo Cipolla

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica feita pelo autor

Memorial da Resistência de São Paulo.
Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania [recurso eletrônico] / coordenação editorial Aureli Alves de Alcantara ; apresentação Ana Pato e Aureli Alves de Alcantara ; textos Renan Ribeiro Beltrame ... et al. -- São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo, 2021.

107 p. : il. - (Caderno de Experiências ; 2)

ISBN 978-65-89070-16-0
Curso realizado pelo Memorial da Resistência de São Paulo de 21 de agosto a 18 de setembro de 2021.

1. Educação em direitos humanos. 2. Democracia. I. Memorial da Resistência de São Paulo. II. Coordenação editorial. III. Apresentação. IV. Textos.

CDD 370.71



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO



Realização:
MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO



vale+
cultura



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Pronac: 204418

